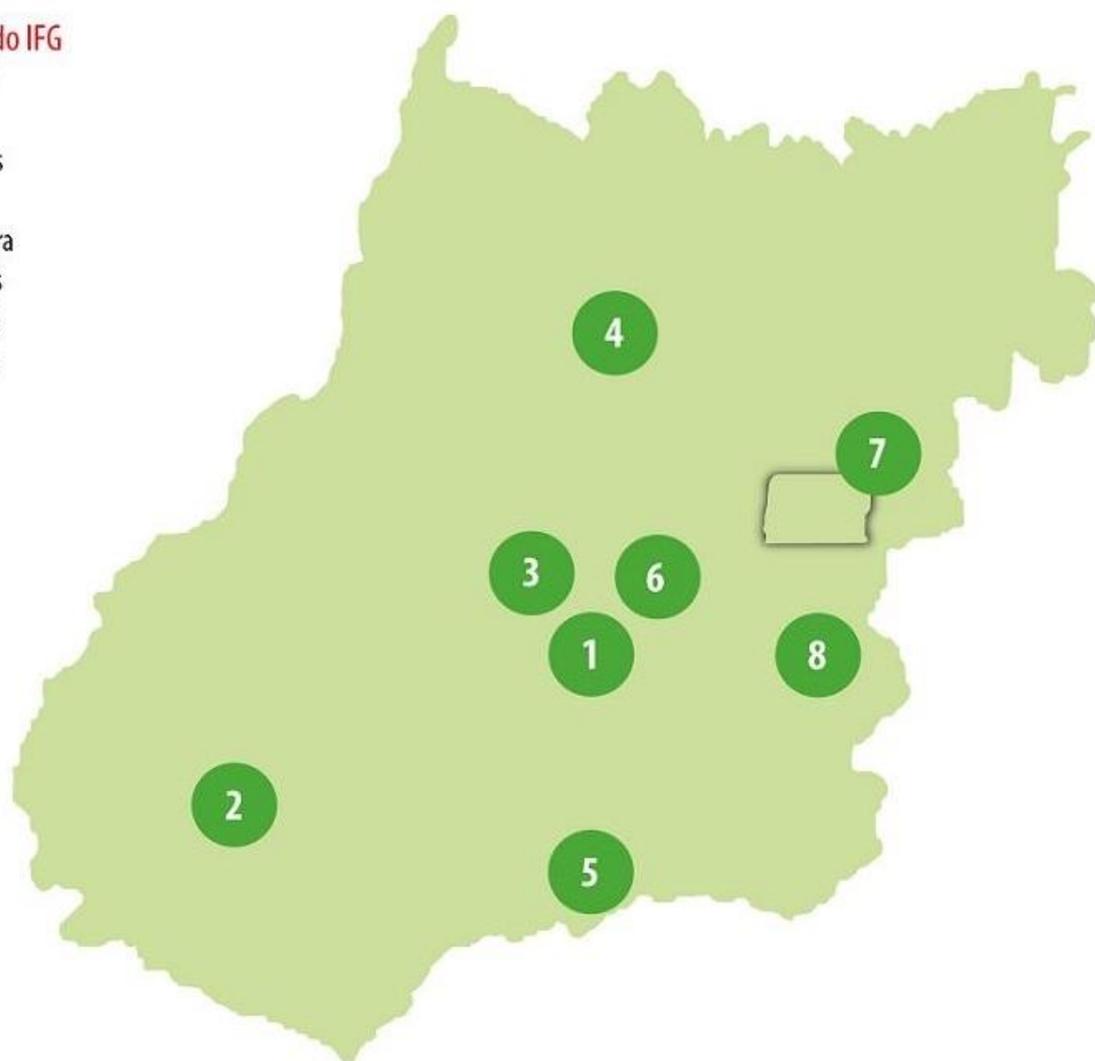


## AUTOAVALIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS: 2009/2010

### Câmpus do IFG

- 1- Goiânia
- 2- Jataí
- 3- Inhumas
- 4- Uruaçu
- 5- Itumbiara
- 6- Anápolis
- 7- Formosa
- 8- Luziânia





# **RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2009/2010**

GOIÂNIA-GO  
2012



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
GOIÁS

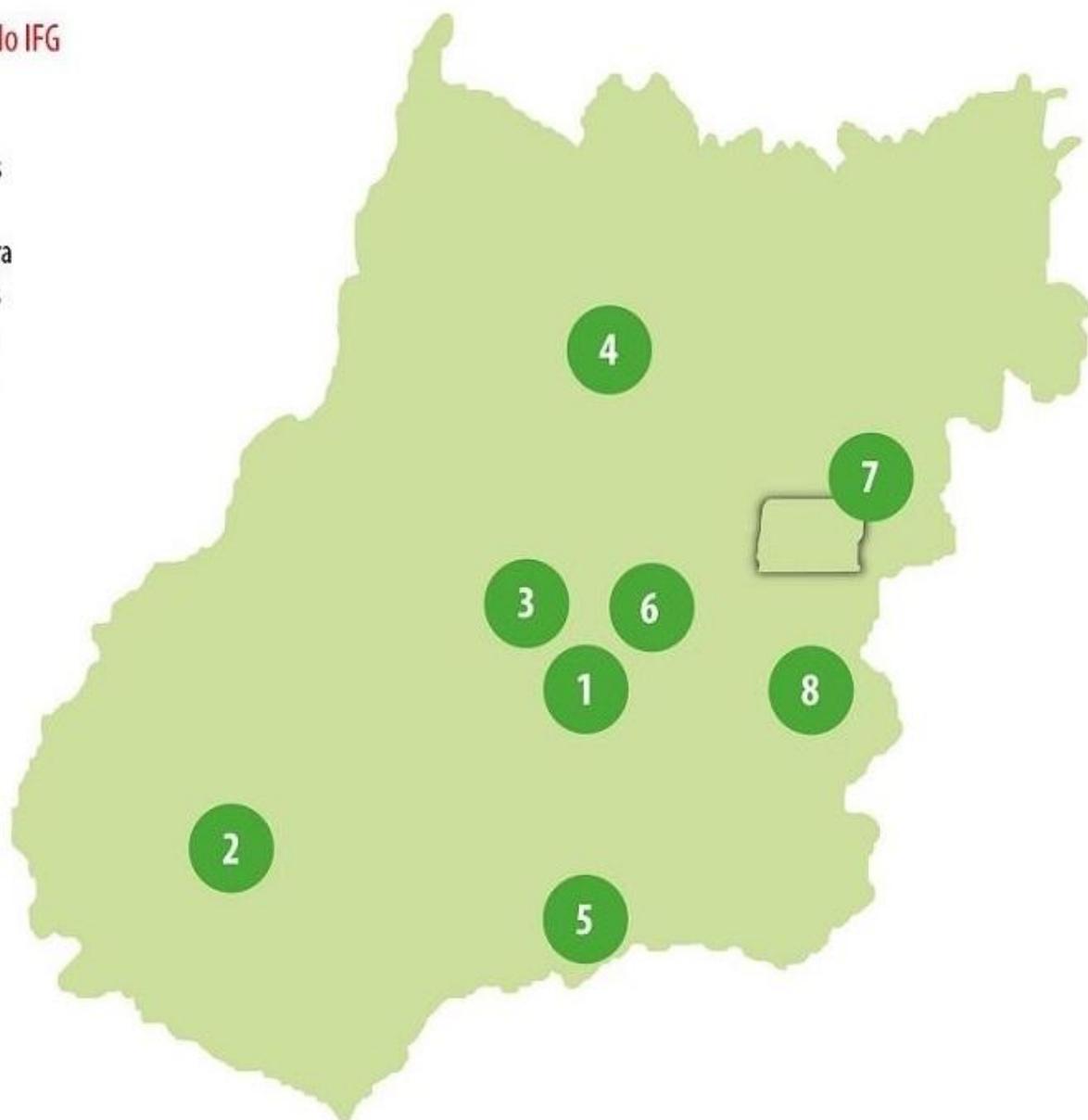
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
GOIÁS

### Câmpus do IFG

- 1- Goiânia
- 2- Jataí
- 3- Inhumas
- 4- Uruaçu
- 5- Itumbiara
- 6- Anápolis
- 7- Formosa
- 8- Luziânia



**Presidente da República Federativa do Brasil**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro da Educação**

Fernando Haddad

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica**

Eliezer Moreira Pacheco

**Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**

Prof. Paulo César Pereira

**Comissão Própria de Avaliação nomeada pela Portaria IFG nº 1.431/2012:**

Dagmar Borges da Silva – Presidente e Representante Titular dos Docentes

Domício M. Ribeiro – Secretário e Rep. Titular dos Serv. Técnico-Administrativos

Kátia Cilene Costa Fernandes – Representante Titular dos Docentes

Rejane Maria Gonçalves – Representante Suplente dos Docentes

Ivanillian Ferreira Paislandim – Representante Titular dos Serv. Técnico-Administrativos

Solange Moreira Leão – Representante Titular dos Discentes

Iolanda Maria Aguiar – Representante Titular dos Discentes

Alan Francisco Carvalho – Representante Titular da Sociedade Civil Organizada

Maria Elizete de A. Fayad – Representante Suplente da Sociedade Civil Organizada

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 - Indicador: Relação Candidato/Vaga .....	19
Gráfico 2 - Indicador: Relação Ingressos/Alunos .....	21
Gráfico 3 - Indicador: Relação Concluintes/Alunos .....	23
Gráfico 4 - Índice de Eficiência Acadêmica .....	24
Gráfico 5 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar .....	26
Gráfico 6 - Detalhamento do Corpo Docente (Efetivos e Substitutos) e suas Respectivas Titulações e Carga Horária .....	39
Gráfico 7 – Evolução da Titulação do Corpo Docente Relativa aos Anos de 2005-2009 .....	48
Gráfico 8 – Investimentos em Acervo Bibliográfico por Câmpus .....	56
Gráfico 9 - Número de Projetos Submetidos e Recomendados pelo PIBIC, PIBITI, PBIC e PVIC. ....	60
Gráfico 10 - Relação dos Investimentos em Obras por Câmpus/2009.....	62
Gráfico 11 - Relação dos Investimentos em Obras por Câmpus/2009.....	62
Gráfico 12 - Relação dos Investimentos em Obras por Câmpus/2009.....	63
Quadro 1 - Novos Câmpus do IFG a Serem Implantados .....	30
Quadro 2 – Arranjos Produtivos Locais .....	30
Quadro 3 – Lotação Efetiva e Autorizada De RH do IFG.....	40
Quadro 4 – Tipologia dos Cargos por Faixa Etária .....	41
Quadro 5 - Detalhamento do Quadro de RH por Nível de Escolaridade .....	41
Quadro 6 – Indicador de Titulação do Corpo Docente.....	42
Quadro 7 – Demonstrativo de Despesas com Capacitação de Servidores .....	43
Quadro 8 – Distribuição de Recursos para Capacitação de Servidores.....	44
Quadro 9 – Distribuição de Bolsas no IFG.....	44
Quadro 10 - Número de Servidores Avaliados em 2009.....	48
Quadro 11 - Número de Servidores Avaliados em 2010.....	49
Quadro 12 - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00 .....	51
Quadro 13 - Novos Câmpus do IFG a Serem Implantados - Fase II.....	55
Quadro 14 – Arranjos Produtivos Locais e Arranjos Sociais Locais .....	55
Quadro 15 - Demonstrativo de Concessão de Bolsas de Estudos, Monitoria e de Realização de Visitas Técnicas.....	58
Quadro 16 – Ações de Funcionamento de Educação Profissional/2009.....	61
Quadro 17 - Principais Contratos de Manutenção da Instituição .....	63
Quadro 18 – Resumo da Programação de Despesas.....	64



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Quadro 19 - Programação de Despesas Correntes.....	65
Quadro 20 - Programação de Despesas de Capital.....	65
Quadro 21 - Movimentação Orçamentária por Grupos de Despesa.....	67
Tabela 1- Concluintes do Curso de Especialização em Proeja por Câmpus .....	42
Tabela 2 - Demonstrativo do Índice de Titulação do Corpo Docente .....	47

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>8</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO .....	10
1.2 HISTÓRICO .....	10
<b>2 MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>14</b>
<b>3 POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>4 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....</b>	<b>29</b>
<b>5 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>32</b>
5.1 IMPRENSA E JORNALISMO .....	32
5.2 RELAÇÕES PÚBLICAS E EVENTOS .....	34
5.3 MATERIAIS GRÁFICOS.....	35
<b>6 POLÍTICAS DE PESSOAL .....</b>	<b>38</b>
<b>7 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>52</b>
<b>8 INFRAESTRUTURA FÍSICA .....</b>	<b>54</b>
<b>9 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>10 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE .....</b>	<b>58</b>
<b>11 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....</b>	<b>61</b>
11.1 AÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>TERMO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS E ENTREGA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2009-2010.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>74</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este Relatório de Autoavaliação Institucional se refere ao período de 2009-2010, tendo sido elaborado integralmente a partir do **Relatório de Autoavaliação** organizado e sistematizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) instituída pela Portaria IFG nº 382, de 02/05/2011, e destituída com a publicação da Portaria IFG nº 1.431, de 27/08/2012. A atual CPA realizou uma revisão e fez algumas adequações/modificações neste documento, com o objetivo de poder se responsabilizar por ele e encaminhá-lo à Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), para posterior cadastramento no e-MEC/INEP.

A presente autoavaliação tem o objetivo de identificar o perfil e o significado de atuação do IFG, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, em consonância com a Lei Federal nº 10.861/2004, além de contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino nos diferentes níveis e modalidades oferecidos pela Instituição, de modo a impulsionar as adequações e transformações porventura necessárias.

Não foi tarefa fácil proceder à avaliação da Instituição no momento de transição entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás e a criação e ampliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, em razão da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais. As inúmeras mudanças decorrentes desse acontecimento tornaram bastante complexo o trabalho da CPA, que se viu em meio a um contexto de inúmeras dificuldades de todos os tipos.

Aliado a isso, fatos como a troca de integrantes da Comissão Própria de Avaliação, número reduzido de pessoas na CPA e a falta de infraestrutura adequada para a realização dos trabalhos contribuíram para tornar o trabalho de autoavaliação ainda mais moroso, resultando num atraso bastante considerável na conclusão deste relatório.

As dificuldades enfrentadas evidenciam a necessidade do efetivo reconhecimento da importância do trabalho da CPA – para o crescimento da Instituição – e a criação de condições mais adequadas ao desenvolvimento de seu trabalho. Essas condições devem ser construídas a partir de um trabalho de conscientização dos diferentes segmentos que constituem o IFG, envolvendo estudantes, técnicos e docentes e os diversos setores administrativos e pedagógicos, num movimento de informação que gere conhecimento no

âmbito da avaliação institucional, de forma que cada integrante da comunidade acadêmica da Instituição se sinta responsável e coparticipante do processo de autoavaliação institucional.

A metodologia aplicada para realização do presente relatório se fundamentou nos pressupostos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e nos objetivos do Projeto de Autoavaliação Institucional. Os instrumentos utilizados para operacionalizar o processo de autoavaliação foram a análise profunda dos Relatórios de Gestão do IFG referentes aos anos de 2009 e 2010, além do Plano de Desenvolvimento Institucional, documento ainda em construção e que foi trabalhado nesse período, e informações cedidas pelas Pró-Reitorias que integram o IFG, visando a contemplar as dimensões em que a Instituição deve ser avaliada.

Em razão de ter sido elaborado extemporaneamente e, além disso, ter sido produzido no curto intervalo compreendido entre os meses de setembro/2012 a março/2013, ao mesmo tempo em que esta CPA elaborava também as autoavaliações de 2007 a 2008 e 2011 a 2012, não foi possível realizar qualquer tipo de pesquisa com os segmentos das comunidades acadêmica e externa que pudesse retratar a avaliação dessas comunidades a respeito das dez dimensões elencadas no Art. 3º da Lei nº 10.861/2004.

Este relatório está organizado em doze seções: Considerações Iniciais; Apresentação da Instituição; Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Política para o Ensino, a Pesquisa e Pós-Graduação e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; Política de Pessoal; Organização e Gestão na Instituição; Infraestrutura; Planejamento e Avaliação; Política de Atendimento ao Estudante; Sustentabilidade Financeira e Considerações Finais.

## 1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Sigla: IFG

Código da IES/e-MEC: 1811

CNPJ: 10.870.883/0001-44

Natureza jurídica: autarquia federal

Caracterização da IES: instituição pública federal de ensino

Estado: Goiás

Endereço: Av. Assis Chateaubriand nº 1.658, Setor Oeste, 74130-012, Goiânia-GO

Câmpus: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia,

Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.

### 1.2 HISTÓRICO

A história de implantação e de desenvolvimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia está associada umbilicalmente à história da construção, no Brasil, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O embrião da Rede Federal foi a criação de dezenove Escolas de Aprendizizes e Artífices, pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

As mudanças que ocorreram nos projetos que visavam a construir tal rede – que vinha se desenvolvendo processualmente ao longo da História – tiveram como marcas o ano de 1941, com a transformação das Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Industriais, e no mesmo ano, em Escolas Industriais, em alguns Estados, e em Escolas Técnicas noutros, como foi o caso de Goiás.

Em 1968, noutro movimento desse processo, essas instituições assumiram a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETFs). Entre 1978 e 2001, as Escolas Técnicas Federais passaram, individualmente, em sua maioria, pela transformação que deu origem aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Nesse mesmo período, também foram transformadas em CEFETs algumas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) em vários Estados. As EAFs, assim como os CEFETs, faziam parte da Rede Federal de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (MEC).

As atividades da atual Instituição tiveram início na antiga capital de Goiás, Vila Boa, hoje, cidade de Goiás. Com sua transferência para Goiânia, passou a funcionar, a partir de 1942, com a denominação de Escola Técnica de Goiânia, oferecendo cursos na área industrial, os quais ainda não tinham equivalência com o ensino secundário regular.

Em fevereiro de 1959, a Escola foi transformada em autarquia federal, com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Em agosto de 1965, passou a se denominar Escola Técnica Federal de Goiás, atuando basicamente na oferta de cursos técnicos na área industrial, integrado ao ensino de 2º grau. Por Decreto sem número, de 22 de março de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 23 de março de 1999, a então Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO).

Em 2008, os CEFETs (com exceção do CEFET-MG e CEFET-RJ) e as EAFs foram transformados em Institutos Federais, com fundamento na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). De acordo com a lei mencionada, também compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. A Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, incluiu o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, na mencionada Rede Federal de Ensino, tendo em vista que esse colégio já fazia parte da mesma rede que abrigava os CEFETs e EAFs.

Ao longo de cem anos de existência, essas instituições passaram por diversas terminologias de identificação e vários perfis de atuação, sempre voltadas para o desenvolvimento da Educação Profissional nos Estados e no País. E neste momento, quando o número de unidades de ensino dessa Rede Federal salta de 140, até o ano de 2005, para 354 unidades num prazo de cinco anos, é natural que essa Rede de Ensino passe por um processo de reorganização e avaliação criteriosa do seu papel social.

A nova identidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás apontou para a consolidação de seu trabalho como instituição de ensino básico, superior e de pós-graduação, com instrumentos legais e acadêmicos pensados nas três áreas de abrangência (ensino, pesquisa e extensão) que viabilizem a sua atuação, ao tempo em que se estabeleceu

como sua a responsabilidade social pela oferta de cursos técnicos, tecnológicos e licenciaturas, preferencialmente com a formação integrada à educação geral.

Paralelamente a todas essas transformações, o Instituto Federal de Goiás tem buscado criar instrumentos, instâncias e programas que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social e regional. Nesse sentido, em 2009 teve início a reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais e educativas, desenvolvendo-se o Estatuto do IFG.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, instituíram-se e consolidaram-se os Programas de Iniciação Científica, com o objetivo de incentivar e viabilizar a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu-se e se buscou a consolidação de uma política de formação continuada, por meio de programas de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição.

Com a transformação dos CEFETs em Institutos Federais, Goiás passou a contar com dois Institutos Federais, sendo o primeiro constituído a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, inicialmente com os Câmpus de Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara, Anápolis e Luziânia e a Reitoria instalada em Goiânia, e o segundo o Instituto Federal Goiano, formado pela fusão dos CEFETs de Rio Verde e de Urutaí e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, com Reitoria também localizada em Goiânia.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais, na forma da Lei 11.892/2008. O IFG é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, atuando também na formação de professores.

A Instituição tem por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada, visando a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior, por meio da melhoria da infraestrutura física, do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo e dos recursos de gestão.

O IFG orienta a sua atuação visando à consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais, educativos e culturais locais e regionais, qualificando-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, por meio do oferecimento da capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes municipais e estaduais de ensino.

O IFG oferece desde a educação básica à pós-graduação *lato e stricto sensu*, com ênfase no ensino técnico integrado ao ensino médio. Na educação superior, prevalecem os cursos de tecnologia, especialmente na área industrial, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IFG atua de forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

## 2 MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No que diz respeito à missão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) tem como papel social a produção, a sistematização e a difusão de conhecimento científico, tecnológico e artístico, ampliando e aprofundando a formação de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva da construção de uma sociedade mais democrática e mais justa social e economicamente.

O IFG, visando à consolidação de seu papel de centro de referência da educação profissional e tecnológica de Goiás, tem como princípios:

- a) Compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética e a preservação do meio ambiente;
- b) Transparência e gestão democrática;
- c) Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- d) Compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- e) Compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento sociocultural, estando sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão;
- f) Natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União.

A configuração das áreas de atuação do IFG se dá pelo delineamento das suas características, objetivos e finalidades:

- a) Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- b) Assegurar a gratuidade do ensino, não permitindo que seja cobrado dos alunos, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira relacionada a qualquer modalidade de cursos oferecidos pela Instituição;
- c) Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

d) Promover a integração e a verticalização da educação básica com a educação profissional e com a educação superior, melhorando significativamente a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão;

e) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Goiás;

f) Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do senso crítico;

g) Qualificar-se como centro de referência no ensino, oferecendo cursos regulares de licenciatura, capacitação, qualificação e atualização técnica e pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

h) Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

i) Realizar e estimular a pesquisa e a produção cultural associadas ao mundo do trabalho e vinculadas à formação totalizadora e integral do ser humano;

j) Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a produção e a transferência de tecnologias sociais, notadamente aquelas voltadas para a preservação do meio ambiente.

Para o desenvolvimento dos programas, projetos, atividades e ações que são necessários para se atingir com sucesso os objetivos, finalidades e metas, o IFG se propõe a:

a) Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;

b) Ministrando educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;

c) Ministrando ensino médio, observada a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio;

d) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;

e) Ministrando ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;

f) Ofertando educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;

- g) Ministrando cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- h) Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- i) Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;
- j) Estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;
- k) Promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, tem ampliado sua inserção social, inclusive com a implantação de novos Câmpus em diversas cidades do interior do Estado, em diferentes regiões de Goiás, dando continuidade à sua história e se firmando como um ambiente de formação e de realização de ações políticas, pedagógicas, artísticas e culturais, reafirmando sua identidade como centro formador de ideias, conhecimentos e lideranças e, principalmente, formando profissionais qualificados e conscientes de seus direitos e responsabilidades com a vida e com a sociedade.

Nesta dimensão, há um trabalho diuturno de verificação das finalidades, das características, dos princípios e das metas da Instituição e sua articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), bem como a articulação destes com o contexto socioeconômico regional e com a realidade da prática vivenciada pela Instituição.

Com a aprovação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, foi aberto na Instituição um processo de consulta pública para a construção de dois importantes documentos da Instituição: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Regimento Geral. O PDI é o documento que orienta o planejamento da Instituição, identificando os princípios, objetivos, metas, as atividades e as ações a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto administrativo. O Regimento Geral, por sua vez, se configura no documento institucional que reúne o conjunto de normas que regem o funcionamento interno do IFG.

Toda a comunidade acadêmica – estudantes e servidores – e a comunidade externa puderam se manifestar, no período de 15 de dezembro de 2010 a 28 de abril de 2011, registrando suas considerações e apresentando sugestões de alteração dos documentos por meio da página eletrônica específica. Após esse período, haverá a sistematização de um documento que servirá de referência para as discussões do Conselho Superior.

As atividades da CPA, em relação a esta dimensão, se concentraram em identificar a convergência do Plano Educacional proposto pelo conjunto da comunidade acadêmica e, também, pelo governo federal, visando à inclusão social, que pode ser traduzida no projeto de implantar e melhorar os processos educativos, públicos e gratuitos, de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento socioeconômico, cultural, técnico e tecnológico.

### 3 POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO

É importante ressaltar que os dados a seguir foram coletados pela Diretoria de Administração Acadêmica e pela Coordenação de Pesquisa Institucional e sistematizados pela Pró-Reitoria de Ensino, apresentando-se em indicadores, dos quais apresentaremos suas respectivas análises.

Para facilitar o entendimento dos indicadores apresentados no documento, salienta-se que ocorreu, no ano de 2010, um aumento significativo no número de vagas ofertadas, em razão da expansão da rede, com a inauguração de três novos Câmpus.

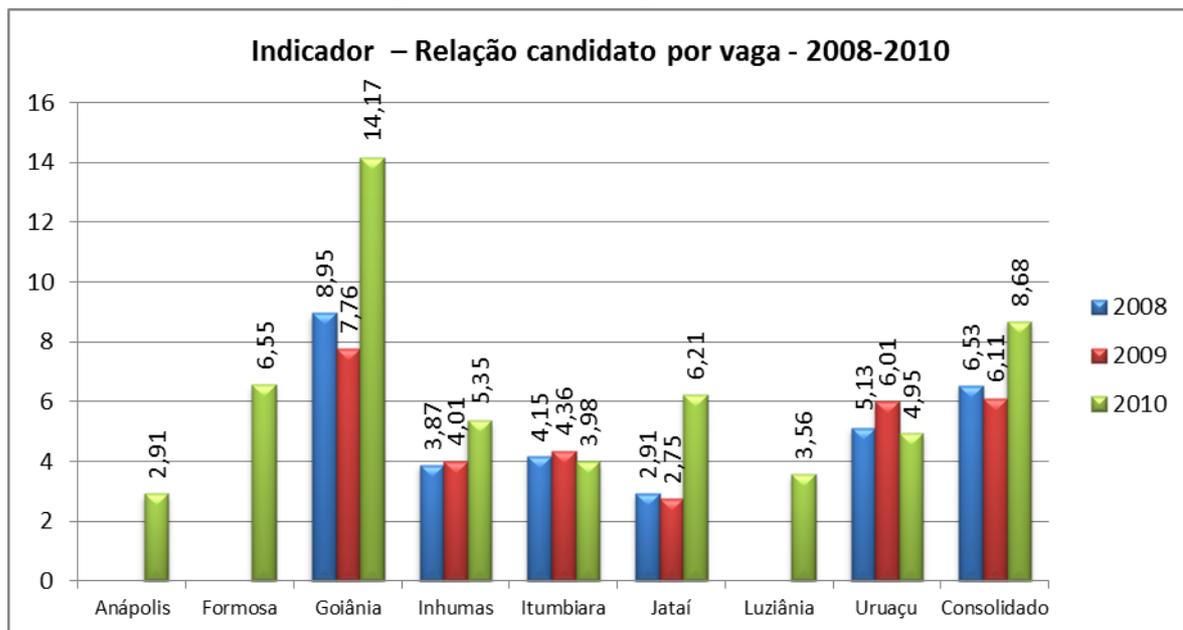
Dentre os indicadores, utilizamos para perceber o movimento do ensino a relação candidato/vaga, ingressos/alunos, concluintes/alunos, e o índice eficiência acadêmica e retenção do fluxo escolar.

Para identificar a relação candidato/vaga, adotou-se a seguinte fórmula para o cálculo e método de aferição:

$$\text{relação candidato / vaga} = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagas ofertadas}}$$

Na fórmula acima, “inscrições” representam o total de inscritos para o vestibular e processos seletivos. As “vagas ofertadas” dizem respeito às vagas disponibilizadas nos “editais de oferta de vagas” que normatizaram os vestibulares, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Gráfico 1<sup>(\*)</sup> - Indicador: Relação Candidato/Vaga



Fonte: Relatório de Gestão 2010.

Nota: <sup>(\*)</sup> Gráfico elaborado a partir da Tabela 11.8, anexa a este relatório de autoavaliação.

O Gráfico 1 mostra os valores indicadores referentes ao período de 2008 a 2010, nos Câmpus Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu Itumbiara, e, na última coluna da direita, os dados consolidados condizentes com cada ano.

Percebe-se, por meio do Gráfico 1, uma variação do indicador de 6,53, em 2008, a 8,68, em 2010, apresentando uma pequena queda em 2009. O crescimento, em 2010, pode possivelmente ser justificado pela expansão do IFG, pelo percentual das vagas destinadas ao Sistema de Seleção Unificado (SiSU), que muito contribuiu para o aumento do número de candidatos interessados nos cursos superiores do IFG, e pela consolidação do processo de comunicação e divulgação da Instituição junto à comunidade.

Em 2010, é possível destacar, através desse indicador, algumas áreas educacionais que obtiveram elevada relação candidato/vaga, tais como os Cursos Técnicos na Modalidade Subsequente do turno noturno, a exemplo do curso de Eletrotécnica, em Goiânia, com 9,17 em 2010/1 e 8,73 em 2010/2, e também o curso de Edificações, em Anápolis, com 8,53 em 2010/2. Os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do turno matutino que se destacaram foram Informática para a Internet (16,9), Edificações (13,5) e Controle Ambiental (13,2), todos do Câmpus Goiânia.

Os Cursos Superiores em Tecnologia de Redes de Comunicação (38,1), Química Agroindustrial (26,9) e Engenharia de Controle e Automação (25,1) tiveram uma grande procura, sendo que um dos fatores principais foi a participação do IFG no SiSU. Vale

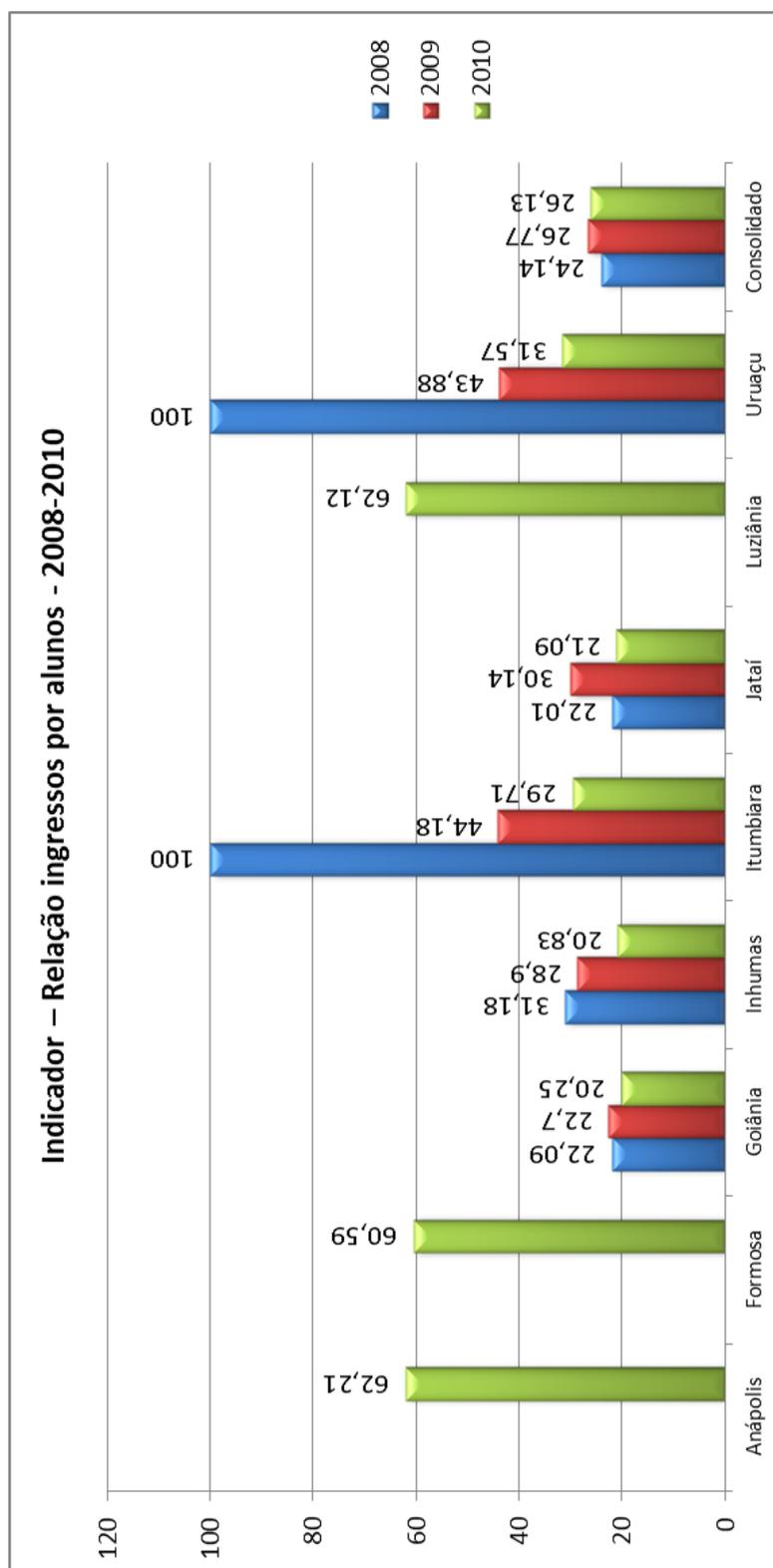
ressaltar que o curso de Redes participou com 10 vagas em 2010/1 e teve 1.377 candidatos inscritos.

Sobre o indicador “relação ingressos/alunos”, adotou-se a seguinte fórmula para o cálculo e método de aferição:

$$\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de ingressos ocorridos em } 2007}{\text{Número de Matrículas}} \times 100$$

O total de alunos se refere aos ingressantes por meio dos vestibulares, processos seletivos e outras formas de ingresso. O número de matrículas se refere à quantidade de alunos em curso em cada ano. A seguir, no Gráfico 2, são apresentados os valores indicadores referentes ao período de 2006 a 2010, nos Câmpus Anápolis, Formosa, Luziânia, Uruaçu, Itumbiara, Inhumas, Goiânia e Jataí e, por fim, os dados consolidados condizentes com cada ano.

**Gráfico 2 (\*) - Indicador: Relação Ingressos/Alunos**



Fonte: Relatório de Gestão 2010.

Nota: (\*) Gráfico elaborado a partir da Tabela 11.9, anexa a este relatório de autoavaliação.

Por meio do indicador do Gráfico 2, é possível analisar a capacidade de oferta de vagas da Instituição. Esse indicador pode ser analisado por meio de dois fatores: a evasão, o que desdobra num número que pode até ultrapassar os 100%; e a retenção, apresentando indicadores de valores baixos. Esses números deverão ser avaliados tendo como um indicador de base ideal de 67%.

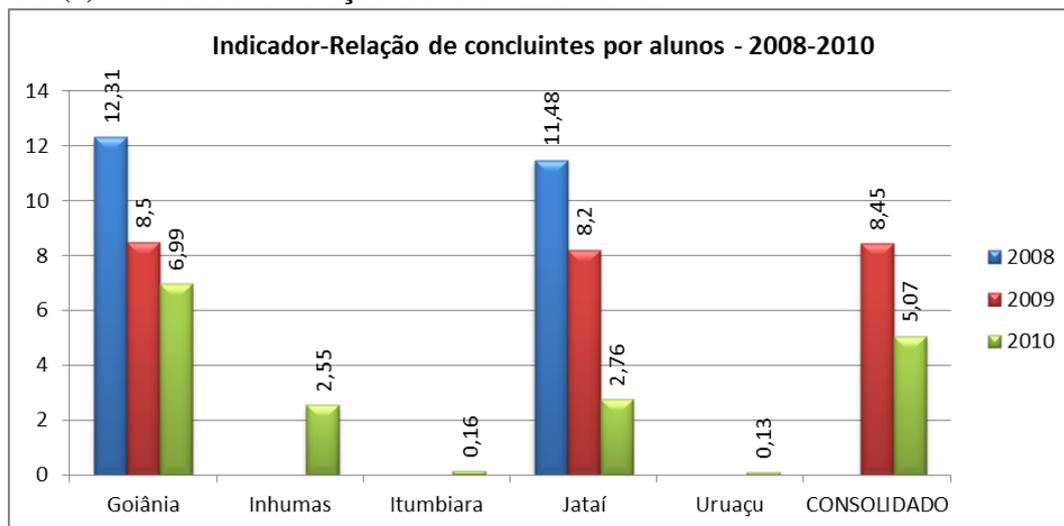
Em 2010, a relação de ingressos por alunos no IFG foi de 26,13%, o que mostra uma estabilização do indicador com relação ao ano anterior, apresentando uma situação de retenção no IFG, embora mascarada pela situação de evasão. Essa constatação no indicador apresentado pode ser observada no número de turmas extras oferecidas durante os períodos letivos ou no tempo de integralização do curso pelo aluno. Medidas vêm sendo adotadas na Instituição, ainda que timidamente, a fim de reverter essa tendência mostrada no gráfico.

No próximo indicador, relação concluintes/alunos, adotou-se a seguinte fórmula para o cálculo e método de aferição:

$$\text{Relação} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de concluintes (manhã, tarde, noite, integral, total)} \times 100}{\text{Número de Matrículas}}$$

O número de concluintes diz respeito àqueles estudantes que integralizaram os créditos, estando aptos a colar grau. O número de matrículas se refere à quantidade de alunos constantes em cada ano correspondente. A seguir, no Gráfico 3, são apresentados os valores indicadores referentes ao período de 2006 a 2010, nos Câmpus Uruaçu, Itumbiara, Inhumas, Goiânia e Jataí e, por fim, os dados consolidados condizentes com cada ano.

**Gráfico 3 (\*) - Indicador: Relação Concluintes/Alunos**



Fonte: Relatório de Gestão 2010.

Nota: (\*) Gráfico elaborado a partir da Tabela 11.10, anexa a este relatório de autoavaliação.

Por meio desse indicador, torna-se possível analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas. Em 2009, a taxa identificada foi da ordem de 8,45% que, se comparada com os três anos anteriores, teve um decréscimo sensível, conforme se observa no gráfico a seguir. A queda em 2010 se justifica devido ao aumento de matrículas que somam quase o dobro quando comparado com 2009, ou seja, de 7.898, em 2009, para 11.802, em 2010.

É importante salientar que o IFG tem adotado uma série de ações, como a concessão de bolsas de estudo e de iniciação científica, promoção de atividades extraclasse, melhoria dos laboratórios acadêmicos, atualização contínua do acervo bibliográfico, dentre outras, visando ao fortalecimento das políticas de manutenção de seu corpo discente, com foco principalmente nos alunos dos cursos noturnos que exercem atividades profissionais durante o dia e estudam à noite. Por meio dessas ações, se torna possível buscar a ampliação do número de concluintes, com o desafio de incentivar a permanência do aluno durante todo o curso.

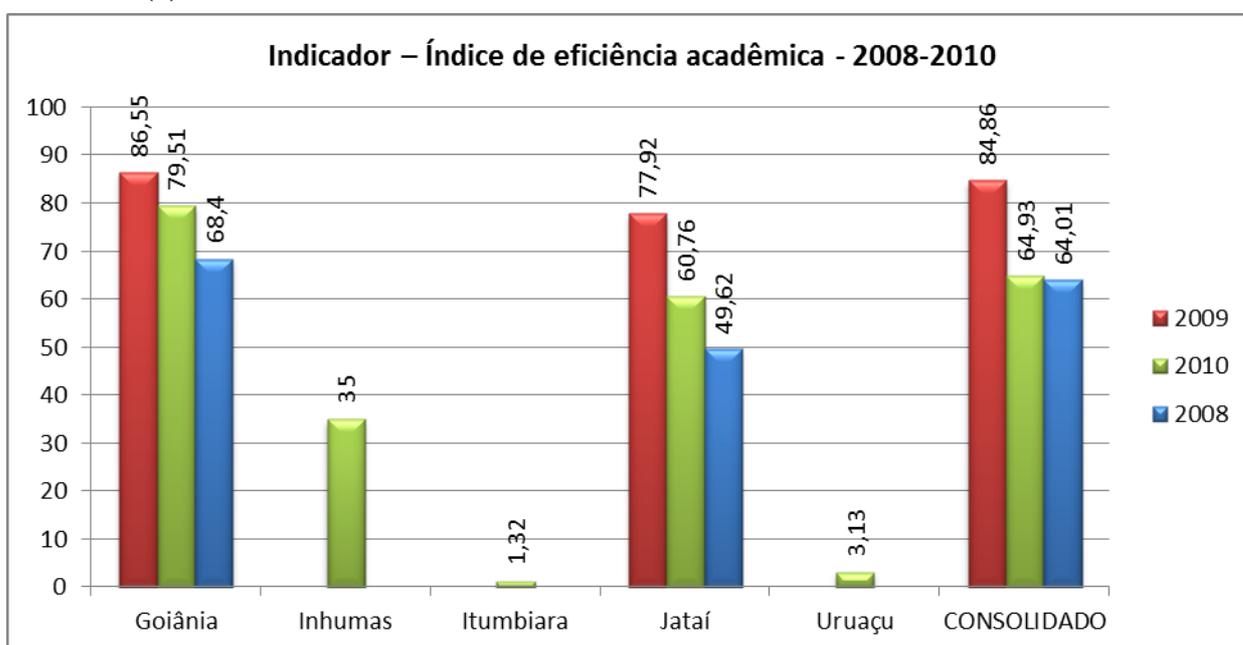
Além disso, há a clareza de que o trabalho de uma instituição educacional junto ao aluno não se encerra após a conclusão do curso. É necessário que existam mecanismos para acompanhamento dos egressos, além de políticas de apoio para sua inserção no mundo do trabalho. Ressalta-se que, muitas vezes, o ex-aluno pode vir a demandar serviços e se tornar aluno novamente através de cursos de qualificação e requalificação profissional.

Com relação ao índice de eficiência acadêmica, adotou-se a seguinte fórmula para o cálculo e método de aferição:

$$\text{Índice} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de concluintes}}{\sum \text{Número de ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$$

O número de concluintes diz respeito àqueles estudantes que integralizaram os créditos, estando aptos a colarem grau. O número de ingressos se refere ao total de alunos que entraram na instituição por meio dos vestibulares, processos seletivos e outras formas. A seguir, no Gráfico 4, são apresentados os valores indicadores referentes ao período de 2006 a 2010, nos Câmpus de Uruaçu, Itumbiara, Inhumas, Goiânia e Jataí e, por fim, são mostrados os dados consolidados condizentes com cada ano.

**Gráfico 4 (\*) - Índice de Eficiência Acadêmica**



Fonte: Relatório de Gestão 2010.

Nota: (\*) Gráfico elaborado a partir da Tabela 11.11, anexa a este relatório de autoavaliação.

Tal indicador permite verificar se a Instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressos em períodos equivalentes. No entanto, é importante ressaltar que o modelo acadêmico do IFG é complexo, abrangendo cursos em diferentes níveis de ensino, com carga horária e duração dos cursos também diferenciados, pois as políticas educacionais têm sido alteradas em curto espaço de tempo. Portanto, a análise de eficiência na relação concluintes/ingressos em períodos equivalentes somente é possível a partir do acompanhamento dos ingressos de determinado nível de curso até que os alunos ingressantes concluem o curso, considerando que a diferença entre ambos seja o tempo previsto na modalidade para que eles concluem o curso.

Em 2009, o número de concluintes representou 84,86% do número de ingressantes em períodos equivalentes na Instituição, resultado considerado razoavelmente satisfatório para o modelo de estabilidade que vinha sendo adotado nos últimos anos para o número de matrículas do CEFET-GO/ IFG, conforme se observa no gráfico a seguir.

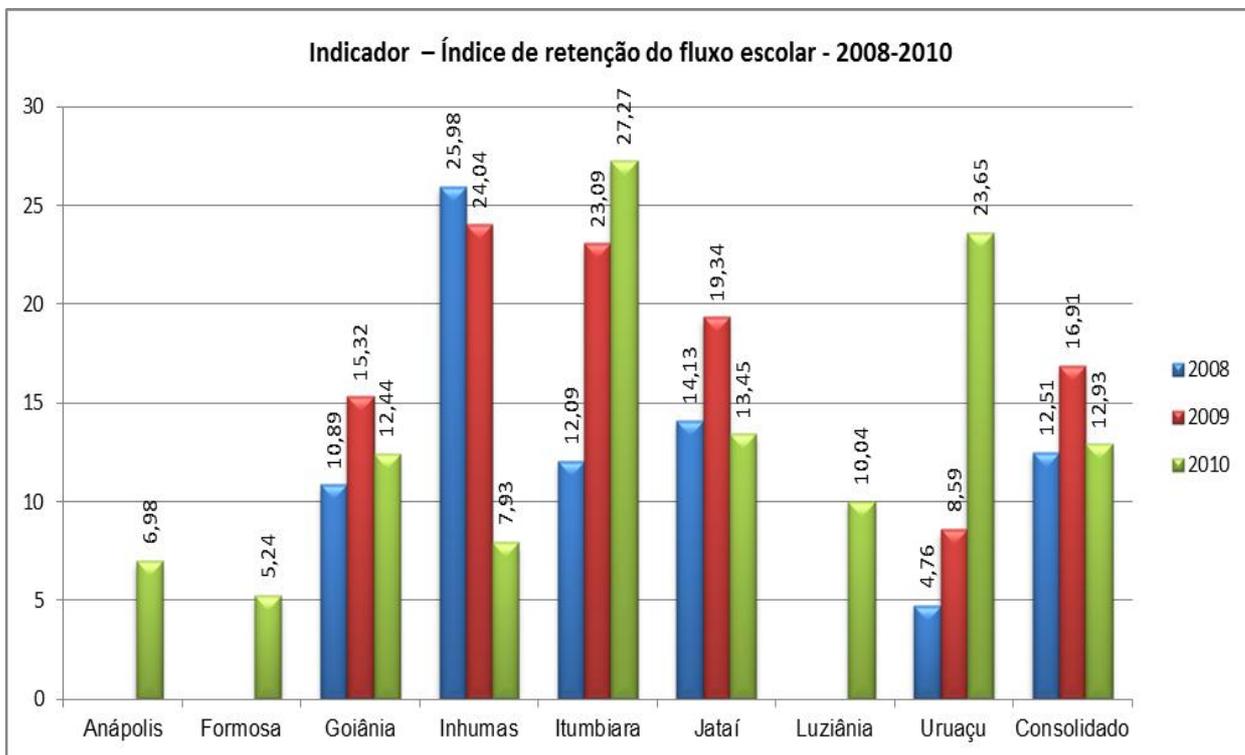
Em 2010, o indicador baixou para 64,93%, evidenciando que o aluno está tendo oportunidades de trabalho antes de concluir o curso ou dedicando um tempo extra ao estágio ou ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o que contribui para a diminuição da evasão. Essas constatações são temas que deverão ser trabalhados na Instituição a fim de se reverter essa tendência demonstrada no gráfico.

Com relação ao quinto e último índice, retenção do fluxo escolar, adotou-se a seguinte fórmula para o cálculo e método de aferição:

$$\text{Índice} = \frac{N^{\circ} \text{ de alunos retidos (reprovação + trancamento)}}{\text{Número de Matrículas}} \times 100$$

O número de alunos retidos diz respeito àqueles estudantes que reprovaram ou realizaram o trancamento de sua matrícula. O número de matrículas é o total de alunos constantes em cada ano correspondente. A seguir, no Gráfico 5, são apontados os valores indicadores referentes ao período de 2006 a 2010, nos Câmpus Anápolis, Formosa, Luziânia, Uruaçu, Itumbiara, Inhumas, Goiânia e Jataí e, por fim, os dados consolidados condizentes com cada ano.

**Gráfico 5 (\*) - Índice de Retenção do Fluxo Escolar**



Fonte: Relatório de Gestão 2010.

Nota: (\*) Este gráfico foi elaborado a partir da Tabela 11.12 que se encontra anexa a este documento.

A taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e trancamentos), em 2010, foi de 12,93%, sendo considerada dentro de padrões aceitáveis. A Instituição tem incentivado e apoiado as políticas de combate a essa retenção, como, por exemplo: a) criação de grupos de apoio psicopedagógico nos Departamentos de Áreas Acadêmicas, para interagirem com os alunos e estudarem alternativas para minimizar problemas extrassalares que atrapalham o rendimento escolar; b) ampliação dos trabalhos de monitoria; c) incentivo à iniciação científica; d) assistência ao educando etc.

No gráfico a seguir, pode-se visualizar que o indicador já mostra uma tendência de baixa com relação ao ano de 2009. Nesse período, a Instituição recuperou a oferta do ensino técnico integrado, deu continuidade à implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) a partir da oferta de diversos cursos e tem discutido a pertinência, a demanda e a relevância social na perspectiva da oferta de cursos superiores de tecnologia, de bacharelados e de licenciaturas.

As atividades relativas à extensão têm buscado resgatar o papel socializador do Instituto Federal de Goiás, recém-transformado (30/12/2008) a partir do CEFET-GO, na perspectiva da ampliação dos valores da democracia, da cidadania e dos traços culturais locais, e da compreensão, respeito e convivência pacífica em relação às diferenças étnicas e de gênero. Como exemplo, o IFG oferece o curso de licenciatura em Letras–Língua Brasileira de Sinais (Libras), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e desenvolve o projeto “Conhecendo o IFG”, que tem o objetivo de aproximar o IFG e os alunos dos ensinos fundamental e médio das redes públicas municipal e estadual, divulgando as ações, atividades e cursos oferecidos pela Instituição, servindo como instrumento de apoio à orientação profissional desses estudantes.

A continuidade dos trabalhos do Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica do Centro-Oeste, constituído por servidores e alunos bolsistas do Instituto Federal de Goiás, apresentou-se como importante ação nesse período considerando que o observatório disponibilizou instrumentos eficazes de proposição e avaliação da atuação institucional, principalmente no que se refere à implantação de novos Câmpus do Instituto Federal de Goiás.

Outra ação relevante, iniciada em 2007 e continuada em 2008 e 2009, é referente à delegação de competência do Ministério da Educação ao CEFET-GO/IFG para a implantação

dos cinco Câmpus da Escola Técnica Federal de Brasília, transformado depois em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, o que demonstra, em última instância, a capacidade técnica e a responsabilidade social do IFG com o projeto de expansão nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

#### **4 RESPONSABILIDADE SOCIAL**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, recém-implantado em 30 de dezembro de 2008 a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), ao completar o centenário de sua existência, vive atualmente um importante e estratégico momento de transformação de sua identidade, organização institucional e campo de abrangência, associado a um expressivo movimento de aumento da sua expansão, no Estado de Goiás.

Desde a sua criação em 1909, a Instituição manteve apenas um Câmpus, antes na cidade de Goiás, antiga capital de Goiás, depois transferido para Goiânia, a nova capital do Estado. Após 80 anos de existência, foi criado o segundo Câmpus, na cidade de Jataí (1989), e em 2007, foi inaugurado o terceiro Câmpus, na cidade de Inhumas, depois de uma paralisação das obras dessa unidade que durou dez anos. Em 2008, foram colocados em funcionamento o quarto e o quinto Câmpus, nas cidades de Uruaçu e Itumbiara.

Esse crescimento, previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do Governo Federal, possibilitou ainda a implantação, em 2010, de mais três Câmpus do IFG nas cidades de Anápolis, Formosa e Luziânia.

Restam, ainda, da Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que seguiu critérios definidos, através de uma Chamada Pública pelo Ministério da Educação, a previsão da implantação de mais dois Câmpus do IFG em Goiás. A próxima cidade a ter um Câmpus instalado será Aparecida de Goiânia e a outra será Águas Lindas, no Entorno do Distrito Federal. Ambas as cidades possuem uma população bastante expressiva e são desprovidas de uma instituição pública de ensino profissional e tecnológico.

O quadro a seguir apresenta a projeção de matrículas e a população a ser atendida no Estado de Goiás. Para a projeção de matrículas, foi considerado, no caso de Aparecida de Goiânia, o contingente populacional da Região Metropolitana de Goiânia. Para a cidade de Águas Lindas, foi considerada, prioritariamente, a região formada pelos municípios de Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho de Goiás e Padre Bernardo, isto é, não se considerou toda a Região do Entorno de Brasília devido à proximidade com outros Câmpus do Instituto Federal de Goiás já implantados em Luziânia e em Formosa, além dos Câmpus do Instituto Federal de Brasília localizados no Distrito Federal.

### Quadro 1 - Novos Câmpus do IFG a Serem Implantados

Unidades a serem implantadas	Projeção de matrículas	População da região a ser atendida
Águas Lindas (Fase II- em implantação)	1.260	267.751
Aparecida de Goiânia (Fase II- em implantação)	1.260	2.091.335
Total	2.520	2.359.086

Fonte: Relatório de Gestão 2010.

No quadro seguinte, são apresentadas a mesorregião e a microrregião dos Câmpus da Fase II do IFG, a serem implantados, e seus respectivos arranjos produtivos locais.

### Quadro 2 – Arranjos Produtivos Locais

Município	Arranjos Produtivos Locais - APL	Arranjos Sociais Locais - ASL (prioritários)
Aparecida de Goiânia	Moveleiro, confecção, calçados e artefatos de couro, tecnologia da informação, indústria.	Atenção à saúde; Meio ambiente: reciclagem e energias alternativas

Fonte: Relatório de Gestão 2010.

Percebe-se que, ao longo de cem anos, o desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil tem sido acompanhado de alterações das Instituições da Rede Federal. E neste momento, em que o número de unidades de ensino dessa rede salta de 140, até o ano de 2005, para 354 unidades num prazo de cinco anos, é natural que essa rede passe por um processo de reorganização e avaliação criteriosa do seu papel social. É este o contexto vivenciado pelo IFG.

Paralelamente a todas essas transformações, a Instituição tem buscado criar instrumentos, instâncias e programas que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social, tanto local quanto regional e nacional. Nesse sentido é que, em 2010, deu-se a continuidade da implantação do Instituto Federal de Goiás com a reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, o IFG instituiu e consolidou os Programas de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, fomentou parcerias com universidades, realizou seminários de iniciação científica, incentivou e viabilizou a participação de diversos pesquisadores em

encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu, organizou e consolidou uma política de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição.

## 5 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

As ações de comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás com a sociedade são efetivadas por meio da Coordenação-Geral de Comunicação Social (CCS) da Reitoria e das Coordenações de Comunicação Social dos Câmpus.

Em 2008, a equipe da CCS/Reitoria elaborou o seu Plano Estratégico de Comunicação, que foi atualizado em 2009, mas tendo em vista que, até o primeiro semestre de 2010, os Câmpus ainda não contavam com profissionais de Comunicação, a equipe da CCS/Reitoria tinha de se encarregar de toda a comunicação do IFG, que englobava a Reitoria e os seus Câmpus.

A CCS/Reitoria buscou, nesse período, formatar novas propostas, novas ações e produtos para melhorar a comunicação interna e externa da Instituição. A ampliação do quadro de servidores com a contratação de profissionais da área de Comunicação – um profissional de Relações Públicas para a Reitoria e oito jornalistas para os Câmpus – dinamizou as ações.

A CCS/Reitoria passou a orientar toda a equipe de comunicação do IFG, traçando com os integrantes das CCS/Câmpus a política da comunicação, as ações e as estratégias a serem desenvolvidas. As equipes de Comunicação passaram a ser responsáveis pelos eventos institucionais de forma direta e assumiram a responsabilidade de fiscalizar o contrato de eventos a partir de julho de 2010.

Ao longo do período 2009/2010, as atividades foram planejadas e executadas de acordo com a divisão da Comunicação, em três subáreas, conforme a seguir.

### 5.1 IMPRENSA E JORNALISMO

#### **Em 2009:**

- a) Implantação do novo portal institucional, com a melhoria da navegabilidade, favorecendo a criação de uma identidade visual para a Instituição e a melhoria do fluxo de informações, tanto para a comunidade interna quanto para a externa;
- b) Padronização dos sites de todos os Câmpus, tendo como referência o *layout* do portal institucional;
- c) Implantação da intranet - página de publicação de notícias, comunicados, avisos e todas as informações referentes apenas aos servidores;



d) Medição e controle das publicações oficiais realizadas para efeito do contrato de publicidade legal com a EBC.

**Em 2010:**

- a) Alterações no layout da primeira página do portal institucional, possibilitando que o campo de notícias fosse ampliado, passando a compor a página inicial com cinco matérias;
- b) Alteração no campo de banners da primeira página, que foi modificado consideravelmente, aumentando o tamanho dos banners e possibilitando a inserção de mais de uma peça por vez, o que facilita e destaca as principais informações; inserção de banners no cabeçalho do site para destaque de datas importantes, eventos e notícias de grande relevância;
- c) Implantação da nova página eletrônica do Centro de Seleção, com divisão dos processos seletivos em menus para melhoria no fluxo de informações e mais facilidade para os usuários encontrarem as informações, diminuindo o nível de reclamações;
- d) Gestão dos murais institucionais e alimentação deles com informações e notícias; foram adquiridos mais três murais para o Câmpus Goiânia e a destinação de murais para a Comunicação nos Câmpus;
- e) Atendimento direto aos profissionais da Comunicação que procuraram o IFG;
- f) Medição e controle das publicações oficiais realizadas, para efeito do contrato de publicidade legal com a EBC e com a Imprensa Nacional.
- g) Gestão da equipe de comunicação oficial do X Festival de Artes de Goiás, evento realizado em novembro, que foi composta por todos os jornalistas da Instituição, que se revezaram de dois em dois dias durante o evento, e mais uma estagiária de Jornalismo. Além da produção de notícias sobre o festival e envio para imprensa e mailing, foi produzido também um informativo impresso diário, com seis edições, que era distribuído no IFG e também enviado para o mailing;
- h) Clipping – a reunião de notícias sobre o IFG e sobre educação continuou com a produção do Clipping da Educação, publicação diária e enviada ao mailing de servidores da Instituição, continuando com o trabalho de publicação do clipping impresso.

## 5.2 RELAÇÕES PÚBLICAS E EVENTOS

### **Em 2009/ 2010:**

- a) Planejamento e organização das comemorações do Centenário da Instituição, com a constituição de uma comissão interna do Centenário para a elaboração de um projeto institucional com todos os eventos comemorativos. No mês de setembro, foram realizados os seguintes eventos referentes aos cem anos: Semana de Aniversário - sessão solene na Câmara Municipal de Goiânia, Caminhada do Centenário, apresentações musicais, obliteração do selo comemorativo produzido pelos Correios, encontro de egressos -; em dezembro, ocorreram o 6º Festival Gastronômico e a 1ª Corrida de Rua do IFG.
- b) Roteiro-padrão para a organização de eventos e do Guia de Eventos e Cerimonial produzido por membros da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e publicado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia;
- c) Elaboração de roteiros para solenidades específicas (posses de servidores, posse de diretores, entregas de medalhas etc.);
- d) Chefia de cerimonial e condução de solenidades como mestre de cerimônias pela Relações Públicas;
- e) Cadastro das autoridades estaduais e municipais (dos municípios onde existem Câmpus do Instituto Federal de Goiás e onde serão instalados novos Câmpus);
- f) Confecção e distribuição de cartões de aniversário aos servidores do Instituto Federal de Goiás, cartões de homenagens ao dia dos Servidores, Professor e do Aluno;
- g) Confecção e distribuição de cartões e/ou outros materiais alusivos a datas comemorativas (Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal etc.);
- h) Controle e empréstimos de materiais utilizados em eventos;
- i) Atendimento ao público que procurou a Instituição para divulgação de eventos;
- j) Acompanhamento em todos os eventos realizados pela Instituição, tanto na Reitoria quanto nos Câmpus, com a produção de ordens de serviço fornecidas à empresa contratada, assim como controle do orçamento, fiscalização do contrato, organização geral dos eventos, dentre outros;
- k) Planejamento e produção geral do X Festival de Artes de Goiás, acontecimento em que a Coordenação de Comunicação da Reitoria assumiu a função de vice-

coordenadora do evento, de modo que as funções de produtora geral acumularam-se com a de coordenadora de comunicação e imprensa.

l) Condução das cerimônias de colação de grau realizadas no primeiro e no segundo semestres, no Centro de Eventos da UFG.

m) Integração da Comunicação à Comissão Organizadora dos Jogos Internos do IFG (JIF 2011), assumindo a Coordenação de Comunicação da Reitoria como produtora geral e a jornalista do Câmpus Goiânia como Coordenadora de Comunicação do Evento. Participação nas reuniões para elaboração do projeto e apresentação do mesmo ao Reitor do IFG.

### 5.3 MATERIAIS GRÁFICOS

a) Execução em parte do processo de materiais gráficos, com produção da agenda 2010, pastas de papel com arte da instituição, pasta em couro ecológico com logomarca do IFG, cartão de visita institucional, caneta como logomarca da instituição;

b) Acompanhamento e aprovação de diversos materiais, tais como folders e materiais de eventos e todo o material de divulgação do processo seletivo 2011/1;

c) Condução do processo de materiais gráficos previstos para o período 2010-2011, iniciado pela PROAD em 2009 e repassado à Comunicação em março de 2010.

Nota-se que a comunicação do IFG deu um grande salto, qualitativo e positivo, no período de 2009 a 2010, não só pela entrada de novos servidores, que concretizam uma conquista da área dentro da Instituição, com uma equipe que passou de três integrantes (dois jornalistas e um servidor técnico-administrativo) para 12 componentes (dois servidores técnico-administrativos, um profissional da área de Relações Públicas e nove jornalistas) em três anos.

A produção jornalística durante o ano aumentou muito, além da veiculação de matérias sobre o IFG ou com temas relacionados à Instituição em veículos de imprensa, em todas as cidades onde o IFG possui Câmpus, além de entrevistas com fontes do IFG.

A CCS/Reitoria não conseguiu executar o que estava previsto em relação ao produto impresso jornalístico, a produção de uma revista trimestral, tendo em vista que não era possível produzir todo o conteúdo com apenas um jornalista no primeiro semestre de 2010

(tempo de vigência do contrato) e também que não estava prevista a contratação de fotógrafo profissional, ficando a parte de fotografia insuficiente. Além disso, em reuniões com a equipe ficou definida a elaboração de um projeto de um produto baseado em pesquisas feitas em cada Câmpus, para que o trabalho atenda realmente à necessidade de seu público.

Em relação à Internet, ainda faltam atualizações e produção de mais conteúdo para o portal institucional, as páginas da Reitoria, das Pró-Reitorias e de outros setores que necessitam de revisão, correções e alimentação de informações, o que deve ser providenciado em momentos futuros.

Em relação à imprensa, a visibilidade do IFG na mídia teve um aumento significativo, principalmente nas cidades do interior, o que foi possível ser medido a partir da entrada dos jornalistas, trabalho que anteriormente não era realizado. Uma das medições constatadas e que puderam comprovar com dados concretos o aumento foi em relação à divulgação do processo seletivo 2011/1, ocorrido no segundo semestre de 2010.

Além dos materiais produzidos pela Instituição (cartazes, fôlderes, adesivos e camisetas) e sem pagamento de publicidade para divulgação do processo, como era feito nos anos anteriores, o IFG conseguiu mais de 15 mil inscritos na seleção, contra os cerca de três mil candidatos do processo 2010/2. Esse dado revela o intenso trabalho de divulgação, que além dos materiais institucionais, contou com a mídia espontânea e também visitas realizadas pessoalmente pelas equipes em cada cidade às escolas e outras instituições e entidades.

Em relação ao trabalho de produção das notícias, a maioria dos jornalistas seguiu as orientações da CCS/Reitoria no envio das matérias para edição. Porém, ainda existe a necessidade de em alguns momentos haver uma maior orientação, quanto à linguagem institucional e a definição do que é notícia, o que deve ir para o portal ou apenas para a intranet, dentre outros.

A equipe em geral ainda apresenta dúvidas em relação ao trabalho jornalístico e também da coordenação, o que deve ser superado com a maior experiência da equipe e uma maior proximidade entre a Coordenação Geral, os Câmpus e a Reitoria acontecendo como rotina de trabalho.

A avaliação geral é que a CCS assumiu funções que não são inerentes à área da comunicação, tais como a condução do processo de aquisição de uniformes esportivos de toda a Instituição, a condução do processo de confecção dos crachás, a condução do processo de participação de alunos e professores em jogos nacionais ocorridos em Brasília, assim como a gestão integral do processo de eventos, desde a elaboração até a fiscalização, assumindo

funções que deveriam ser executadas pelas comissões organizadoras dos eventos e pelos responsáveis pela extensão no IFG.

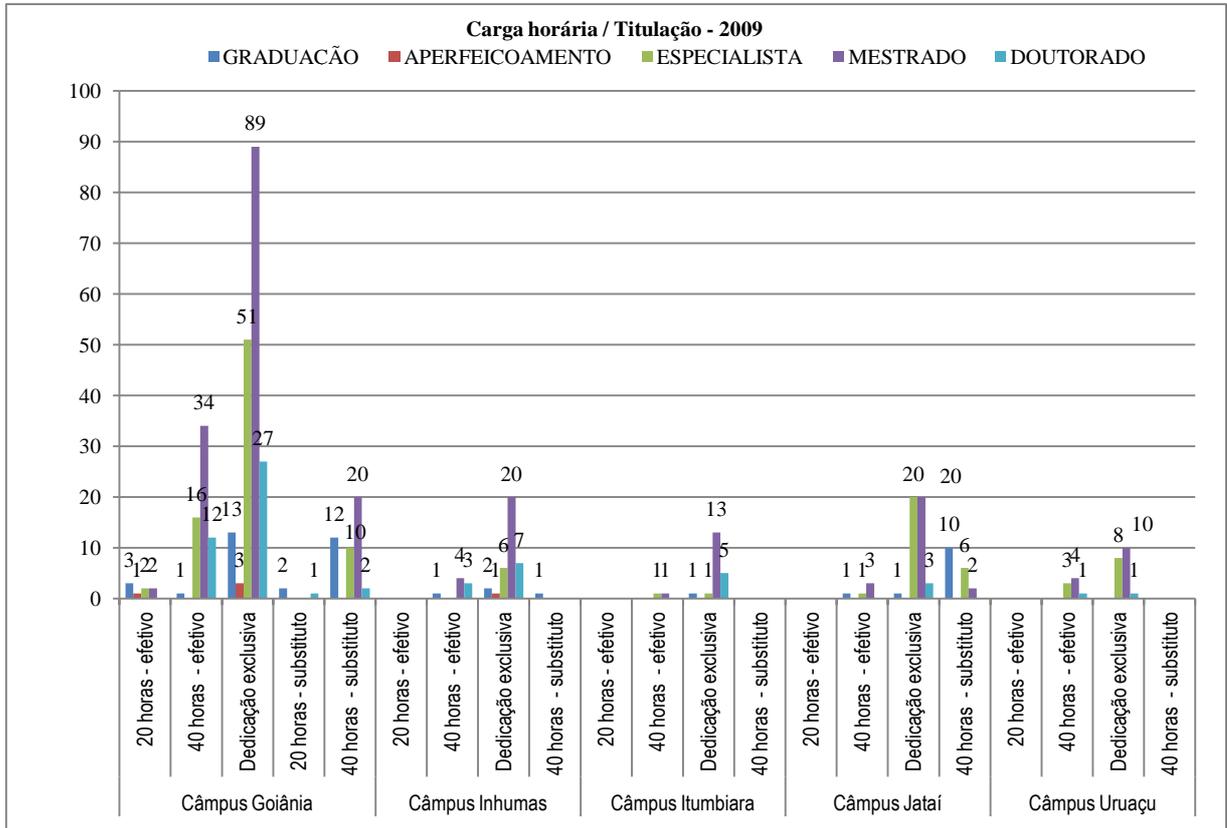
O acúmulo de funções prejudicou, ao longo do período, a efetivação do trabalho específico da área de comunicação, deixando pendentes trabalhos essenciais, a exemplo da produção de materiais gráficos, a construção do documento definidor da política de comunicação do IFG, a elaboração das normas e procedimentos de comunicação do IFG, tais como a definição das competências, das atividades de comunicação, manuais e regimentos, que possam profissionalizar mais o setor dentro da Instituição, com publicações escritas e oficiais que respaldem o trabalho da equipe. Além disso, as atividades de planejamento ficaram prejudicadas, fazendo com que o setor tomasse medidas e realizasse ações pontuais, sem um estudo e uma pesquisa prévia que avaliasse o que realmente era o mais adequado a ser feito em cada situação específica.

Enfim, o trabalho de comunicação do IFG deu um salto qualitativo positivo, em pouco tempo de atuação, mas ações de comunicação interna e externa devem compor um projeto maior, com planejamento estratégico e ações direcionadas aos diversos públicos, devendo ser elaborado com base num estudo mais aprofundado e em pesquisas institucionais.

## **6 POLÍTICAS DE PESSOAL**

O gráfico a seguir traduz a realidade vivenciada, no quesito Recursos Humanos, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, por meio do detalhamento da força de trabalho dos docentes levantada em dezembro de 2010, incluindo professores efetivos e temporários e trazendo também as informações de suas respectivas titulações e carga horária.

**Gráfico 6 - Detalhamento do Corpo Docente (Efetivos e Substitutos) e suas Respectivas Titulações e Carga Horária**



O quadro abaixo corresponde à lotação efetiva e autorizada de Recursos Humanos (RH) do IFG. Na primeira coluna, são discriminadas as tipologias dos cargos da Administração Pública. As quatro colunas restantes informam sobre lotação autorizada, lotação efetiva, número de ingressos e de egressos em 2010, para cada tipologia discriminada.

**Quadro 3 – Lotação Efetiva e Autorizada De RH do IFG**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação autorizada	Lotação efetiva		
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>829</b>	<b>829</b>	<b>305</b>	<b>64</b>
1.1. Membros de poder e agentes públicos				
1.2. Servidores de Carreira	721	721	262	08
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	719	719		
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidor de carreira em exercício provisório	02	02		
1.2.4. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3. Servidor com contratos temporários	67	67	43	43
1.4. Servidores cedidos e em licença	41	41		
1.4.1. Cedidos	09	09		
1.4.2. Removidos				
1.4.3. Licença remunerada	29	29		
1.4.4. Licença não remunerada	03	03		
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>197</b>	<b>197</b>		
2.1. Cargos de natureza especial				
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	57	57		
2.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	54	54		
2.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	01	01		
2.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4. Sem vínculo	02	02		
2.2.5. Aposentado				
2.3. Funções Gratificadas	140	140		
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	137	137		
2.3.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3. Servidor de outros órgãos e esferas	03	03		
<b>3. Total</b>	<b>1.026</b>	<b>1.026</b>	<b>305</b>	<b>64</b>

Composição do Quadro de Recursos Humanos – situação apurada em 31/12/2010.

Fonte: Cadastro DDRH/SIAPE e Folha de Pagamento.

O quadro a seguir contempla a tipologia de cargos por faixa etária, sendo composto de dois grupamentos de informação. O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo,

enquanto o segundo compreende um conjunto de cinco colunas discriminando cinco faixas etárias sucessivas e complementares.

#### Quadro 4 – Tipologia dos Cargos por Faixa Etária

Tipologias dos Cargos	Faixa etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	67	261	357	113	31
1.1. Membros de poder e agentes públicos					
1.2. Servidores de carreira	31	232	326	101	31
1.3. Servidor com contratos temporários	36	21	09	01	
1.4. Servidores cedidos e em licença		08	22	11	
2. Provimento de cargo em comissão	41	47	78	22	09
2.1. Cargos de natureza especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	11	32	11	02
2.3. Funções Gratificadas	40	36	46	11	07

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - situação apurada em 31/12/2010.

Fonte: SIAPE e Cadastro DDRH.

O próximo quadro contempla a composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação. O primeiro corresponde aos grupos de tipologias dos cargos, enquanto o segundo compreende um conjunto de nove colunas com a discriminação dos níveis de escolaridade distintos.

#### Quadro 5 - Detalhamento do Quadro de RH por Nível de Escolaridade

Tipologias dos Cargos	Nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo				07	191	237	183	126	85
1.1. Membros de poder e agentes públicos									
1.2. Servidores de Carreira				07	188	209	152	81	84
1.3. Servidor com Contratos Temporários						27	17	22	01
1.4. Servidores Cedidos e em Licença					03	01	14	23	
2. Provimento de cargo em comissão					36	84	28	29	20
2.1. Cargos Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					07	19	12	11	08
2.3. Funções Gratificadas					29	65	16	18	12

LEGENDA: Nível de Escolaridade = 1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado.

Composição do Quadro de Recursos Humanos por escolaridade - situação apurada em 31/12/2010.

Fonte: SIAPE e Cadastro DDRH.

O IFG se encontra em fase de implantação dos Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos. O indicador de titulação do corpo docente quantifica o índice de titulação dividido em cinco subgrupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

#### Quadro 6 – Indicador de Titulação do Corpo Docente

Descrição	Quantificar o índice de titulação do corpo docente (efetivo e em contrato temporário).
Tipo de indicador	De efetividade
Definições	Titulação dos docentes = a titulação do corpo docente é dividida em cinco subgrupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.
Fórmula de cálculo e método de aferição	Para o cálculo deste indicador, adotou-se a seguinte fórmula: Índice = $\frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$

É importante ressaltar que foi dada continuidade à parceria do Curso de Especialização em Educação profissional Técnica Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, iniciada em outubro de 2007, entre o IFG, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SECTEC/MEC e a Universidade Federal de Goiás (UFG). O curso foi concluído em 2009 com a defesa das monografias por parte dos estudantes que integraram as turmas dos Câmpus Jataí e Goiânia (IFG) e da Faculdade de Educação (UFG).

A tabela a seguir expressa a quantidade de alunos concluintes do curso de especialização em PROEJA por Câmpus de realização.

**Tabela 1- Concluintes do Curso de Especialização em Proeja por Câmpus**

PROEJA/Turma	Número de alunos inscritos	Número de concluintes
Câmpus Jataí/IFG	30	16
Câmpus Goiânia/IFG	34	14
Faculdade de Educação/UFG	36	17
Total	100	47

Quantidade de alunos concluintes do curso de especialização em PROEJA/por câmpus de realização.

A educação continuada dos servidores do IFG com vistas à melhoria dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional foi efetivada por meio de ações diversas voltadas para o treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores (quando em viagem para capacitação), taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação pessoal e profissional.

A planilha a seguir reflete o envolvimento de servidores na busca por capacitação e qualificação e demonstra a disponibilização de bolsas do Programa Institucional de Qualificação de Servidores em Nível de Mestrado e Doutorado (PIQS), do Programa de Apoio à Produtividade e Pesquisa (PROAPP) e do Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização (PIGE).

#### Quadro 7 – Demonstrativo de Despesas com Capacitação de Servidores

Natureza da despesa	Finalidade	Executado (R\$)
3.3.90.14	Concessão de diárias para capacitação dos servidores	76.483,34
3.3.90.18	Auxílio financeiro aos servidores estudantes em processo de qualificação e requalificação (PIQS e PIGE)	74.200,00
3.3.90.20	Auxílio financeiro a pesquisadores (PROAPP)	9.600,00
3.3.90.33	Concessão de passagens e despesas com locomoção	37.701,74
3.3.90.36	Contratação de serviços de pessoa física para ministrar curso de capacitação aos servidores	11.277,23
3.3.90.39	Contratação de serviços de pessoa jurídica para participação em congressos, seminários, simpósios e cursos de capacitação aos servidores	7.673,00
3.3.91.39	Contratação de serviços de pessoa jurídica para ministrar cursos de capacitação aos servidores	1.000,00
	TOTAL	217.935,31

O quadro a seguir mostra o equilíbrio nas concessões de recursos para a capacitação dos servidores do IFG.

### Quadro 8 – Distribuição de Recursos para Capacitação de Servidores

Mês	Categoria funcional		Total
	Docentes	Técnico-administrativos	
Janeiro	07	05	12
Fevereiro	00	05	05
Março	11	06	17
Abril	02	07	09
Maio	33	47	80
Junho	28	81	109
Julho	17	04	21
Agosto	14	08	22
Setembro	26	10	36
Outubro	19	03	22
Novembro	21	10	31
Dezembro	23	13	36
<b>TOTAL</b>	<b>201</b>	<b>199</b>	<b>400</b>

Detalhamento da meta física por categoria funcional.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de bolsas utilizadas nos diversos programas institucionais nos Câmpus Goiânia, Jataí, Inhumas e Uruaçu. É importante salientar que existe a seleção por meio da divulgação de editais, que estabelecem os critérios de definição dos candidatos contemplados e também a forma de acompanhamento, avaliação e cancelamento ou suspensão do auxílio financeiro.

### Quadro 9 – Distribuição de Bolsas no IFG

Unidade de Ensino		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Câmpus Goiânia	PROAPP			04	04	04	04	04	04	04	04	04	04
	PIQS	10	10	09	07	08	08	08	07	08	07	07	07
	PIGE	06	12	21	21	21	21	21	32	30	30	29	29
SUBTOTAL		16	22	34	32	33	33	33	43	42	41	40	40
Câmpus Jataí	PROAPP			02	02	02	02	02	02	02	02	02	02
	PIQS	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
	PIGE	07	07	07	07	07	07	07	08	08	08	08	08
SUBTOTAL		08	08	10	10	10	10	10	11	11	11	11	11
Câmpus Inhumas	PROAPP			01	01	01	01	01	01	01	01	01	

Unidade de Ensino		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	PIQS	01	01	01	01	01	01	01					
	PIGE	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
SUBTOTAL		02	02	03	03	03	03	03	02	02	02	02	01
Câmpus Uruaçu	PROAPP			01	01	01	01	01	01	01	01	01	01
TOTAL	PROAPP			08	08	08	08	08	08	08	08	08	07
	PIQS	12	12	11	09	10	10	10	08	09	08	08	08
	PIGE	23	29	40	40	40	31	31	40	39	39	39	39
TOTAL GERAL		35	41	59	57	58	49	49	56	56	55	55	54

Legenda: Programa de Apoio à Produtividade e Pesquisa - PROAPP; Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado - PIQS; Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização - PIGE.

Merecem destaque algumas capacitações oferecidas por meio da promoção direta de cursos para os servidores técnico-administrativos:

- a) Curso Suite BrOffice - carga horária de 150 horas, oferecido para (26) vinte e seis servidores;
- b) Curso preparatório para Pós-Graduação - carga horária de 150 horas, ofertado para 19 (dezenove) servidores;
- c) Curso de Tecnologia JAVA - carga horária de 150 horas, oferecido para 16 (dezesseis) servidores.

Com o objetivo de consolidar uma política permanente de capacitação dos servidores no Instituto Federal de Goiás, esses cursos contribuirão para a melhoria da qualidade da educação profissional, técnica e tecnológica do Estado de Goiás.

Algumas contratações diretas foram realizadas para pagamento de inscrições em cursos, simpósios, congressos, entre outros, mas que não tiveram grande impacto no orçamento. Foram firmadas, em 2009, algumas parcerias para viabilizar a qualificação e requalificação dos servidores do Instituto Federal de Goiás. São dignos de menção:

- a) Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PIQDTec) - desenvolvido em parceria com a CAPES – SETEC/MEC, com o objetivo de viabilizar a formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu* no país, dos integrantes do quadro de pessoal permanente da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O IFG foi contemplado com mais duas bolsas de doutorado e uma

de mestrado. Já existiam seis bolsistas de doutorado, totalizando oito bolsas de doutorado e uma de mestrado;

b) Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Engenharia Mecânica - aprovado junto à CAPES – SETEC/MEC em dezembro de 2007 e iniciado em 2008. Essa turma é uma parceria do IFG (instituição receptora) com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Uberlândia (instituição promotora). Seis professores do quadro permanente do IFG participam do programa;

c) Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Educação - aprovado junto à CAPES – SETEC/MEC no início do segundo semestre de 2009, é fruto de uma parceria do IFG - Câmpus Jataí, UFG - Câmpus Jataí e Câmpus Catalão (instituições receptoras) com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (instituição promotora). Embora existissem 20 vagas para as instituições receptoras, apenas nove delas foram preenchidas. Das cinco vagas destinadas ao IFG, apenas três professores do quadro permanente do IFG foram selecionados;

d) Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Engenharia Elétrica e Computação – iniciado em setembro de 2009, numa parceria do Instituto Federal de Goiás (instituição receptora) com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA (instituição promotora). A proposta foi submetida ao Edital 04/2009 – CAPES/SETEC e aprovada pelos consultores da CAPES. Segundo os consultores da CAPES, o mérito da proposta financeira do referido projeto ficou previsto para ser aprovado no início de 2010;

e) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - foi aprovado, no final de dezembro, pela CAPES, o Projeto do PIBID do Instituto Federal de Goiás, submetido ao Edital CAPES/DEB nº 2/2009. Nesse projeto, foram solicitadas 54 bolsas para serem distribuídas a alunos dos cursos de Licenciatura em Física, Química e História dos cinco Câmpus em funcionamento do IFG.

A tabela a seguir apresenta o índice de titulação do corpo docente com os respectivos anos de exercício de cada câmpus.

**Tabela 2 - Demonstrativo do Índice de Titulação do Corpo Docente**

<b>Cálculo do Indicador</b>				
<b>Unidade / Exercício</b>		<b>Titulação x pesos</b>	<b>Titulação</b>	<b>Indicador</b>
<b>Câmpus Goiânia</b>	2005	706	287	2,46
	2006	797	286	2,79
	2007	798	235	3,40
	<b>2008</b>	<b>881</b>	247	3,57
	<b>2009</b>	<b>1.066</b>	301	3,54
<b>Câmpus Inhumas</b>	2007	94	23	4,09
	<b>2008</b>	<b>151</b>	40	3,78
	<b>2009</b>	<b>170</b>	45	3,78
<b>Câmpus Itumbiara</b>	<b>2008</b>	<b>42</b>	11	3,82
	<b>2009</b>	<b>88</b>	22	4,00
<b>Câmpus Jataí</b>	2005	163	72	2,26
	2006	187	76	2,46
	2007	180	49	3,67
	<b>2008</b>	<b>172</b>	48	3,58
	<b>2009</b>	<b>208</b>	67	3,10
<b>Câmpus Uruaçu</b>	<b>2008</b>	<b>55</b>	16	3,44
	<b>2009</b>	<b>99</b>	27	3,67
<b>CONSOLIDADO</b>	2005	869	359	2,42
	2006	984	362	2,72
	2007	1.072	307	3,49
	<b>2008</b>	<b>1.301</b>	362	3,59
	<b>2009</b>	<b>1.631</b>	462	3,53

Este é um dos principais indicadores qualitativos da instituição considerando que ele tem reflexos diretos na formação do corpo docente.

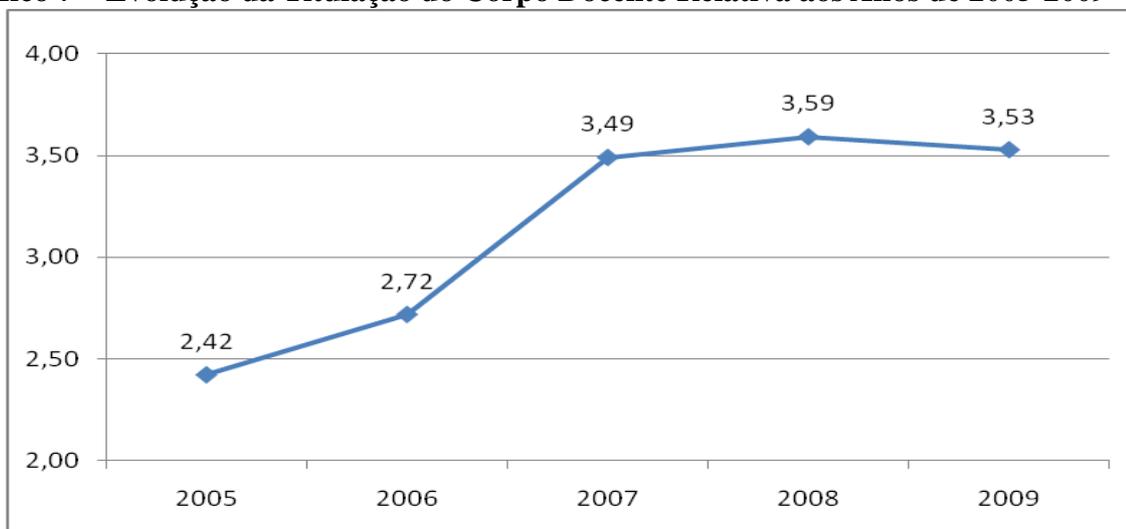
A Instituição tem envidado esforços para a melhoria da titulação do seu quadro docente, por meio da qualificação de seus professores, efetivando inclusive parcerias com outras instituições e seus programas de mestrado e doutorado, fortalecendo o incentivo à qualificação e, conseqüentemente, o fomento às pesquisas.

O zelo na elaboração dos editais dos concursos públicos realizados no período (gráfico anterior) demonstra a preocupação da Instituição em delimitar as exigências com austeridade técnico-pedagógica, tanto da qualificação quanto da experiência, visando o ingresso de

profissionais que sejam capazes de atender aos três pilares básicos da formação integral dos discentes do IFG: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Concomitante a essa ação, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação realizou o acompanhamento das atividades de vinte e seis servidores que gozam de afastamento para qualificação, tendo como objetivo avaliar o desempenho do servidor no programa de pós-graduação ao qual está vinculado, identificando a relação existente entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no programa com os interesses do IFG, registrando as atividades acadêmicas e a sua produção científica. Nesse acompanhamento, em 2009, quatro servidores foram identificados como concluintes de mestrado, outros quatro de doutorado e um no nível de pós-doutorado, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 7 – Evolução da Titulação do Corpo Docente Relativa aos Anos de 2005-2009**



Evolução da titulação do corpo docente, com referência ao índice de titulação docente 2005/2009

A avaliação de desempenho funcional dos servidores técnico-administrativos em atividade na Instituição mensurou o desempenho funcional por meio de dois processos: a autoavaliação e a avaliação da chefia imediata e dos parceiros de trabalho nos ambientes organizacionais, conforme quadro a seguir:

**Quadro 10 - Número de Servidores Avaliados em 2009**

Categoria Funcional	Quantidade
Servidor técnico-administrativo	244
Servidor técnico-administrativo/estágio probatório	66
Servidor docente/estágio probatório	71

Foram utilizados os seguintes indicadores na produção dos questionários: assiduidade, pontualidade, habilidade técnica, responsabilidade, trabalho em equipe, relacionamento, adaptação a novas situações, compartilhamento de saberes, inovação e ética, sendo que foram avaliados 381 (trezentos e oitenta e um) servidores. Dentre eles, a ampla maioria (379) obteve avaliação positiva, de modo que apenas dois servidores – um em estágio probatório – obtiveram avaliação negativa.

Identificam-se positivamente ações de assistência psicossocial desenvolvidas pelo IFG visando a assistência e promoção à saúde e a socialização e interação dos recursos humanos. Busca-se a fixação de servidores nos Câmpus do interior do Estado, a imunização de servidores contra doenças infectocontagiosas e a interação entre servidores ativos e aposentados.

Em 2010, 286 servidores foram avaliados, dos quais a ampla maioria teve avaliação positiva, com pontuação final maior que cinco. Apenas um servidor teve avaliação negativa, com pontuação final menor que cinco. Outros 262 servidores efetivos ingressaram na Instituição no ano de 2010 e não tiveram suas avaliações concluídas em função do período de trabalho (menos de um ano), conforme quadro abaixo:

#### **Quadro 11 - Número de Servidores Avaliados em 2010**

<b>Categoria Funcional</b>	<b>Quantidade</b>
Servidor técnico-administrativo	226
Servidor docente	60

Fonte: PRODI/DDRH.

Apesar de ainda não ter consolidado indicadores específicos para avaliar temas como absenteísmo, acidentes de trabalho, rotatividade, disciplina e demandas trabalhistas, a administração do IFG efetivou o acompanhamento sistemático da vida funcional dos servidores com a realização de avaliações, obtendo, com isso, as informações desejadas.

O controle da jornada de trabalho (por meio da assinatura de folha de ponto) mostra que não existe absenteísmo: as ausências não são frequentes e, quando ocorrem, são justificadas. Em 2010, a Instituição não registrou nenhum acidente de trabalho. A rotatividade é pequena, visto que os servidores são integrantes das carreiras de servidor público federal como Técnico-Administrativo em Educação ou como Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Em relação aos servidores com contratos temporários, existe rotatividade

decorrente da própria natureza do contrato que, segundo previsão legal, tem duração máxima de dois anos.

A gestão de pessoas não enfrenta graves problemas relacionados à disciplina. Em 2010, foram abertos apenas três Processos Administrativos Disciplinares. Houve, no entanto, um número significativo de demandas trabalhistas (17 ações de mandado de segurança), todas relacionadas à carga horária de trabalho, em função da acumulação de cargos. A Administração procurou cumprir a determinação de adequação da carga horária (acumulação máxima de 60 horas semanais) e os servidores têm recorrido à Justiça para manter seus contratos de trabalho sem alteração da carga horária.

A gestão de recursos humanos no Instituto Federal de Goiás priorizou o dimensionamento de quadros técnico-administrativos e docentes e a admissão de novos servidores efetivos em 2010. Foram abertos seis concursos públicos para o provimento de cargos efetivos e, ainda, três seleções públicas para a contratação de professores temporários. Tal priorização deveu-se à necessidade de o Instituto Federal de Goiás ampliar seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos, principalmente em razão da constituição de novos Câmpus e da ampliação da oferta de cursos e vagas. Também houve a oportunidade, por parte do Ministério da Educação, de vagas para provimento por meio de concursos públicos.

Em relação à qualificação dos servidores, a Instituição manteve sua política de incentivo por meio da oferta de bolsas e da liberação dos servidores para estudos. Porém, a política de capacitação, por meio da oferta de cursos próprios, sofreu uma descontinuidade em razão da necessidade de readequação das ofertas para melhor atender às necessidades institucionais e expectativas dos servidores. Em 2010, a gestão de pessoas no Instituto Federal de Goiás também manteve ações de assistência psicossocial, de assistência e promoção à saúde e de socialização e interação dos recursos humanos.

A seguir, é apresentado o quadro comparativo de custos com os Recursos Humanos no período de 2008 a 2010:

**Quadro 12 - Custos De Recursos Humanos Nos Exercícios De 2008, 2009 E 2010. Valores Em R\$ 1,00**

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	13.418.925,38		17.230.207,20	1.167.602,08	1.551.699,84	481.710,87	255.399,67	34.105.545,04
2009	19.026.065,91		21.499.139,27	971.980,03	1.708.945,61	551.391,07	219.866,18	43.977.388,07
2010	24.130.382,74		28.556.716,88	589.226,34	4.195.649,56	1.757.455,78	284.543,45	59.513.974,75
<b>Servidores com contratos temporários</b>								
2008	1.044.543,89							1.044.543,89
2009	1.716.765,31							1.716.765,31
2010	2.306.991,70							2.306.991,70
<b>Servidores cedidos com ônus ou em licença</b>								
2008	110.110,90	2.460,98	34.963,01	22.574,12		3.528,00	19.183,91	192.820,92
2009	196.762,39	17.750,94	40.409,55	31.772,53		9.958,11	35.122,18	331.775,70
2010	169.520,90	23.394,78	44.036,90	23.239,81		35.121,18	34.211,14	329.524,71
<b>Servidores ocupantes de cargos do grupo Direção e Assessoramento Superior</b>								
2008	1.001.897,47		333.965,82					1.335.865,29
2009	1.297.923,77		432.641,26					1.730.565,03
2010	1.615.904,55		723.717,40					2.339.622,95
<b>Servidores ocupantes de Funções Gratificadas</b>								
2008	443.640,08			147.880,03				591.520,11
2009	618.111,52			190.188,16				808.299,68
2010	637.754,62			196.232,33				833.986,95

Fonte: GRRUBRICA, Ficha Financeira Anual e DDP.

## 7 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é organizado numa estrutura multicâmpus, com proposta orçamentária anual identificada para cada câmpus e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. A Administração do IFG tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, sendo que as presidências de ambos são exercidas pelo Reitor.

O Colégio de Dirigentes é uma instância de caráter consultivo, sendo composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-Gerais de cada um dos Câmpus que integram o IFG. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da Instituição, da sociedade civil organizada, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFG, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

O Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás dispõe sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento da Instituição e, por extensão, o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

O IFG tem como órgão executivo a Reitoria, composta pelo Reitor, pelo Diretor Executivo (substituto do Reitor) e cinco Pró-Reitores. Podem ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira técnico-administrativa do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam, em ambos os casos, o mínimo de cinco anos de efetivo exercício em Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A Reitoria, órgão central da Administração, pode ser instalada em espaço físico distinto de qualquer um dos Câmpus que integram o IFG, desde que previsto em seu Estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

O Reitor é nomeado pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Educação para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do IFG, atribuindo-se o peso de um terço para a manifestação do corpo docente, um terço para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e um terço para a manifestação do corpo discente.

Podem se candidatar ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos Câmpus que integram o Instituto Federal de Goiás,

desde que possuam o mínimo de cinco anos de efetivo exercício em Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica e que atendam a pelo menos um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes D-IV ou D-V da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

O mandato de Reitor se extingue pelo decurso do prazo ou, antes disso, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do IFG, nos termos da legislação aplicável à nomeação de Cargos de Direção. Os Câmpus são dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de um terço para a manifestação do corpo docente, um terço para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e um terço para a manifestação do corpo discente.

Podem se candidatar ao cargo de Diretor-Geral dos Câmpus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira técnico-administrativa do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de cinco anos de efetivo exercício em Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do IFG;

II - possuir o mínimo de dois anos de exercício em cargo/função de gestão na Instituição; ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da Administração Pública.

## 8 INFRAESTRUTURA FÍSICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Instituição com um século de atuação na Educação Profissional, oriundo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, passa por um importante e estratégico momento de transformação, configurado no seu crescimento previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, proposto pelo Governo Federal.

Na Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi efetivada Chamada Pública pelo Ministério da Educação prevendo a implantação de seis unidades de ensino no Estado de Goiás, sendo uma na cidade de Iporá, vinculada ao Instituto Federal Goiano, e cinco nas cidades de Anápolis, Formosa, Itumbiara, Luziânia e Uruaçu, vinculadas ao Instituto Federal de Goiás.

No decorrer dos estudos e encaminhamentos necessários para a implantação da Fase II de Expansão do IFG, foi apresentado ao Ministério da Educação o Projeto de Implantação do Câmpus Avançado de Aparecida de Goiânia. O MEC aprovou o projeto, que foi incorporado às metas e objetivos estratégicos da Instituição. Assim, com relação à Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi implantado o Câmpus Aparecida de Goiânia, havendo ainda como meta o funcionamento em breve do Câmpus de Águas Lindas de Goiás. Essas duas cidades possuem uma população expressiva, justificando a existência nelas de instituições públicas de Ensino Profissional e Tecnológico. Ainda com relação à expansão do IFG, em breve serão construídos os Câmpus de Valparaíso e do Novo Gama, no Entorno de Brasília-DF, e o Câmpus Goiânia Oeste, que irá atender a essa região da capital do Estado.

O quadro a seguir apresenta a projeção das matrículas e a população a ser atendida no Estado de Goiás. Para a projeção das matrículas foi considerado, no caso de Aparecida de Goiânia, o contingente populacional da Região Metropolitana de Goiânia. Para a cidade de Águas Lindas de Goiás, foi considerada, prioritariamente, a região formada pelos municípios de Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho de Goiás e Padre Bernardo, isto é, não se levou em conta toda a Região do Entorno de Brasília em razão da proximidade de outros Câmpus do Instituto Federal de Goiás já em funcionamento nas cidades de Luziânia e Formosa, além dos Câmpus do Instituto Federal de Brasília localizados no Distrito Federal.

### Quadro 13 - Novos Câmpus do IFG a Serem Implantados - Fase II

Unidades a serem implantadas	Projeção de matrículas	População da região a ser atendida
Águas Lindas (Fase II em implantação)	1.260	267.751
Aparecida de Goiânia (Fase II - implantado)	1.260	2.091.335
Total	2.520	2.359.086

Fonte: Dados do Censo 2010 do IBGE.

O quadro a seguir apresenta a Mesorregião e a Microrregião das unidades da Fase II do IFG a serem implantadas e seus respectivos arranjos produtivos locais.

### Quadro 14 – Arranjos Produtivos Locais e Arranjos Sociais Locais

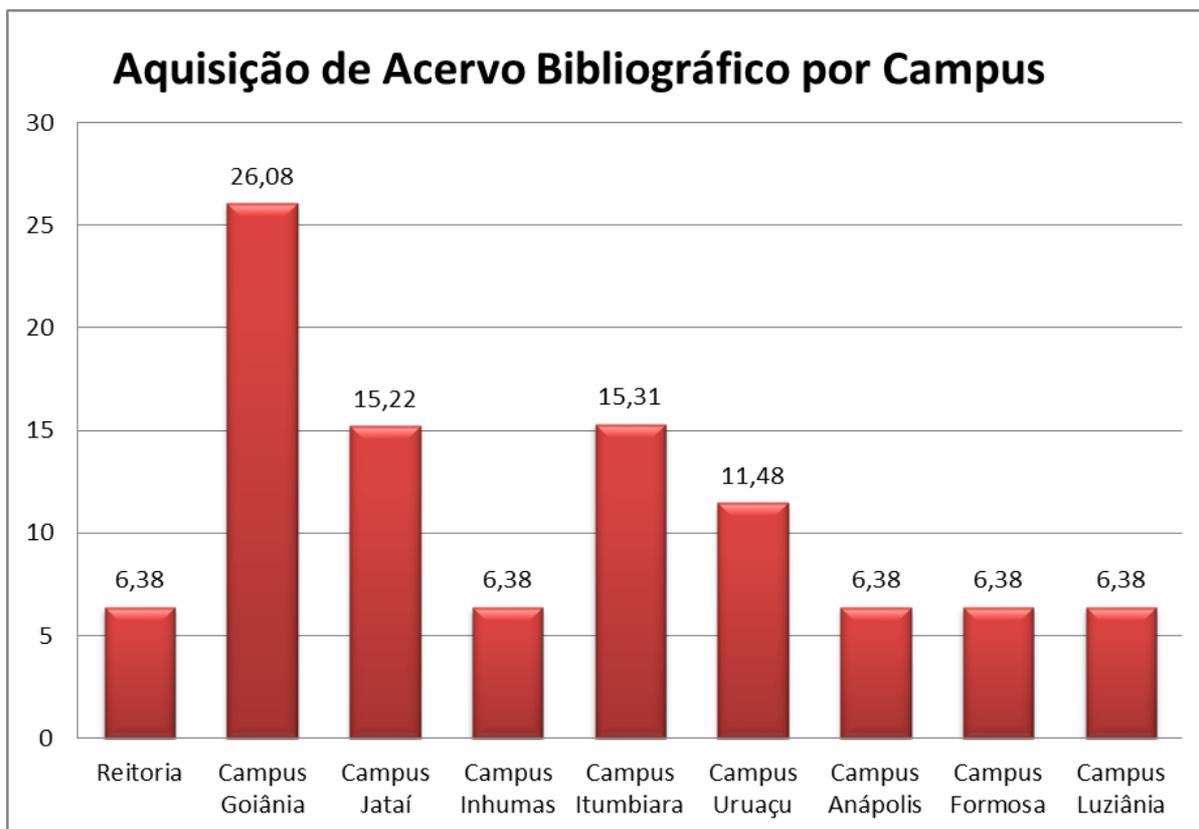
Município	Arranjos Produtivos Locais - APL	Arranjos Sociais Locais – ASL (prioritários)
Aparecida de Goiânia	Moveleiro, confecção, calçados e artefatos de couro, tecnologia da informação, indústria.	Atenção à saúde; Meio ambiente: reciclagem e energias alternativas

Fonte: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste.

O Observatório do Mundo do Trabalho ainda não levantou dados de Arranjos Produtivos, Sociais ou Culturais Locais - APLs para o município de Águas Lindas de Goiás e região. Porém, apresentam-se como potenciais arranjos na região os APLs de vestuário, gemas e joias, flores e plantas ornamentais. Ressalta-se que estes APLs são levantamentos dos PDPs – Planos de Desenvolvimento Preliminares que se encontram no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No gráfico a seguir, encontram-se os dados detalhados dos investimentos realizados em acervo bibliográfico por Câmpus, sendo que o IFG priorizou aqueles Câmpus que se encontram em funcionamento. Teve início também a implantação das bibliotecas naquelas unidades que brevemente começarão suas atividades, além de garantir para a Reitoria a aquisição de livros essenciais para a rotina do trabalho administrativo.

**Gráfico 8 – Investimentos em Acervo Bibliográfico por Câmpus**



O detalhamento das solicitações de títulos para compor o acervo bibliográfico é um dos grandes problemas enfrentados no processo de aquisição do acervo dos Câmpus do IFG. Tais problemas são gerados por situações que fogem ao controle da Administração, tais como a grande diversidade de títulos listados, títulos que se esgotam em curto espaço de tempo ou que saem de circulação etc. Entretanto, mesmo diante dessas barreiras, foi possível efetivar a aquisição.

## 9 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O desencadeamento de um processo de discussões com a participação efetiva da comunidade para a construção coletiva do Planejamento Institucional ocorre na perspectiva de se criar momentos, ambientes e movimentos que possibilitem refletir acerca da identidade da Instituição e a partir de reflexões seja possível estabelecer referências de elaboração das políticas institucionais que assegurem o seu fortalecimento, o caráter público e o evidente propósito de práticas voltadas para a cidadania, para a inserção social e para o desenvolvimento científico e tecnológico.

É importante reconhecer que o resultado desse trabalho sempre depende do nível de envolvimento de seus realizadores, ou seja, toda a comunidade acadêmica; portanto, exigirá clareza nas proposições, determinação, objetividade e o reconhecimento de que se trata de um processo educativo que demanda tempo e cautela, para que o imediatismo não impeça o aprofundamento das discussões.

O planejamento deve ser reconhecido como um importante instrumento de organização institucional, contribuindo de forma eficaz e eficiente na definição dos objetivos, na identificação das ações a serem implantadas e melhoradas a curto, médio e longo prazos e na escolha das estratégias para a concretização dos projetos e programas e demais ações para a implantação efetiva das políticas institucionais.

A construção coletiva do planejamento cria compromisso, provoca motivação, permite o conhecimento das possibilidades e limitações, estabelece desafios e valoriza as pessoas e suas experiências acumuladas.

Para despertar em cada servidor e nos estudantes a disposição de debater e ser propositivo, para que se possa transformar em realidade o desejo de se ter uma instituição melhor, vem sendo discutido em todas as instâncias e segmentos do IFG o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

## 10 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

A assistência ao estudante da Educação Profissional tem como finalidade suprir a necessidade básica do aluno, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola, com iniciativas típicas de assistência social ao estudante, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do estudante na escola.

Os principais resultados alcançados com a concessão do auxílio financeiro para os estudantes, detalhados no quadro a seguir, consolidaram no IFG a política de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do IFG – PIBIC/IFG, a participação em eventos científicos e tecnológicos e a experiência na prática dos conteúdos teóricos apreendidos.

O IFG também contribuiu para a permanência do estudante carente na Instituição, oferecendo Bolsas de Estudos e Monitoria, além de ambientes adequados ao aprendizado, tais como: bibliotecas, laboratórios de informática com acesso à Internet e laboratórios específicos das áreas tecnológicas, atividades esportivas e culturais.

### Quadro 15 - Demonstrativo de Concessão de Bolsas de Estudos, Monitoria e de Realização de Visitas Técnicas

Unidade de Ensino		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Câmpus Goiânia	IC	16		18	04	04	08	04	13	13	11	12	12
	EM	10		63	83	81	177	79	85	85	85	94	75
	VT			51	150	292	278		29	246	258	253	234
SUBTOTAL		26		132	237	377	463	83	127	344	354	359	321
Câmpus Jataí	IC	04		05	02	02	02	02	04	22	06	06	06
	EM			25	21	25	25	23	26	28	29	30	29
	VT		01	02	94	23	25		63	14	39	108	55
SUBTOTAL		04	01	32	117	50	52	25	93	64	74	144	90
Câmpus Inhumas	IC	04		04	03	04	03	03	10	44	14	10	09
	EM				04	04		07	18	23	23	21	21
	VT		01	38	17	40	24	01	48	24			
SUBTOTAL		04	01	42	24	48	27	11	76	91	37	31	30
Câmpus Itumbiara	IC								03	06	03	03	03
	EM					07		07	05	07	08	08	07
	VT		01	64			08				01	145	

Unidade de Ensino		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
SUBTOTAL			01	64		07	08	07	08	13	12	156	10
Câmpus Uruaçu	IC									04			
	EM								11	12	11	11	25
	VT		01				01	01			63	01	54
SUBTOTAL			01				01	01	11	16	74	12	79
TOTAL	IC	24		27	09	10	13	09	30	89	34	31	30
	EM	10		88	108	117	202	116	145	155	156	164	157
	VT		04	155	261	355	336	02	140	284	361	507	343
TOTAL GERAL		34	04	270	378	482	551	127	315	528	551	702	530

Legenda: IN – Bolsas de Iniciação Científica; EM – Bolsas de Estudos e Monitoria; VT – Visitas Técnicas.

A parceria estabelecida entre o IFG e o CNPq viabilizou a implantação, em 2009, de outros programas de iniciação científica, de desenvolvimento tecnológico e inovação, os quais auxiliaram na consolidação da pesquisa na Instituição, tais como:

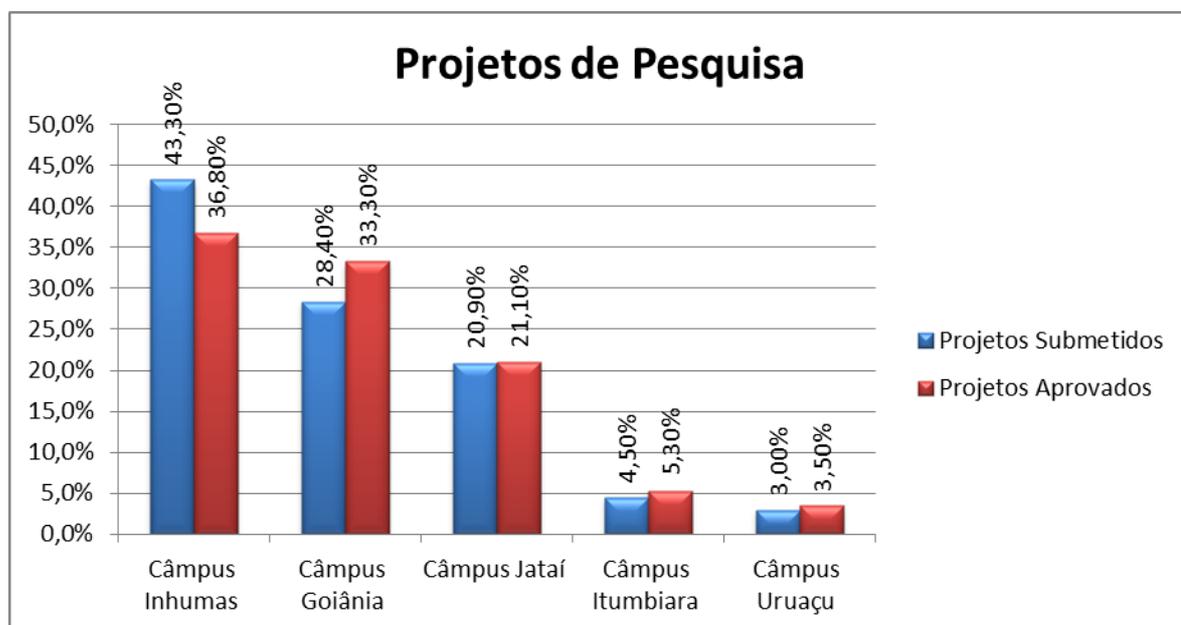
- a) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq;
- b) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI/CNPq.

Outra ação desenvolvida em 2009 no IFG foi o Programa de Voluntário de Iniciação Científica do IFG – PVIC/IFG, que não oferece bolsas de incentivo, mas que recebe todo o apoio necessário da Instituição.

Esses programas são voltados para o aluno e não para o pesquisador. Eles se destinam a complementar o ensino, oferecendo a oportunidade de descobrir como a ciência é produzida, como o conhecimento é construído. Esse objetivo é conseguido com a participação dos alunos nas atividades práticas e teóricas no ambiente de pesquisa.

No Processo Seletivo de 2009, foram submetidos 67 projetos de pesquisa para todos os programas regulamentados no IFG, sendo 57 deles recomendados pelo Comitê Interno do IFG e Comitê Externo do CNPq. Esses projetos atenderam a alunos de todos os Câmpus da Instituição, conforme mostra o gráfico a seguir.

**Gráfico 9 - Número de Projetos Submetidos e Recomendados pelo PIBIC, PIBITI, PBIC e PVIC.**



## 11 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O momento de grandes transformações vivenciado pelo IFG atualmente demanda pensar suas ações cotidianas na perspectiva de melhoria dos projetos e seus resultados, mas também, e com grande enfoque, todo o processo de expansão das suas atribuições e *61 locus* de atuação.

### 11.1 AÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As ações de funcionamento da Educação Profissional têm como finalidade a manutenção da Instituição. Por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, assegura-se condições de funcionamento e atendimento aos objetivos das atividades e nos processos de ensino e aprendizagem.

Os principais resultados vinculados a essas ações se encontram relacionados no quadro a seguir e são aqueles que garantem o pagamento de pessoal ativo e encargos sociais, as aquisições de equipamentos, materiais permanentes e obras civis, a contratação de serviços contínuos e não contínuos para a manutenção e o funcionamento da Instituição e os que subsidiam o atendimento da atividade fim do IFG.

**Quadro 16 – Ações de Funcionamento de Educação Profissional/2009**

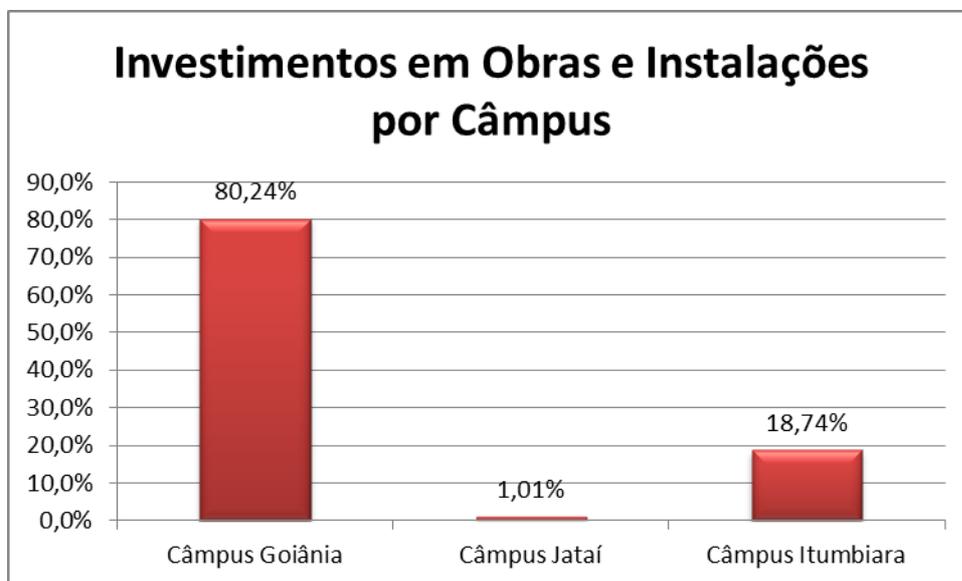
Natureza da Despesa	Finalidade	Executado (R\$)
3.1.90.00	Pagamento de Pessoal Ativo	43.974.450,86
3.3.90.00	Manutenção da Instituição	6.819.254,63
3.3.90.14	Despesas com a concessão de diárias	316.199,37
3.3.90.33	Despesas com passagens e despesas de locomoção	50.636,08
4.4.90.51	Obras e instalações	1.989.537,07
4.4.90.52	Equipamentos e material permanente	1.967.496,31
	TOTAL	54.750.738,87

Principais resultados das ações de funcionamento da Educação Profissional/2009

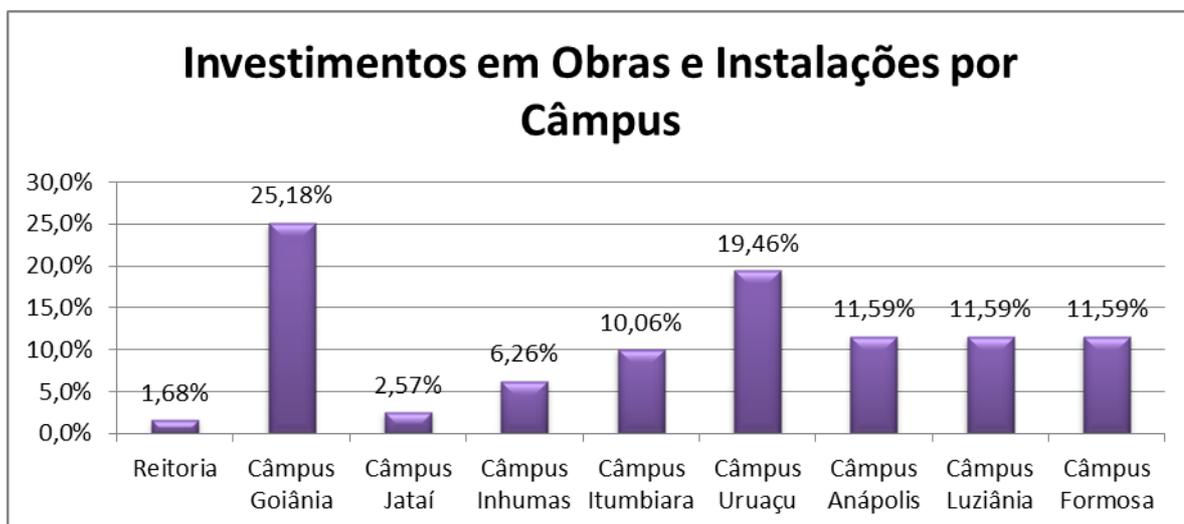
Apresenta-se a seguir a relação dos investimentos realizados em 2009 em obras civis, na aquisição de equipamentos e mobiliários para os Câmpus do IFG executados nesta ação; é possível identificar pelos percentuais apresentados que a Instituição tem investido tanto em obras civis e instalações quanto na aquisição de equipamentos e material permanente,

buscando sempre a conformidade da infraestrutura física para promover o atendimento de seus objetivos e responsabilidades institucionais.

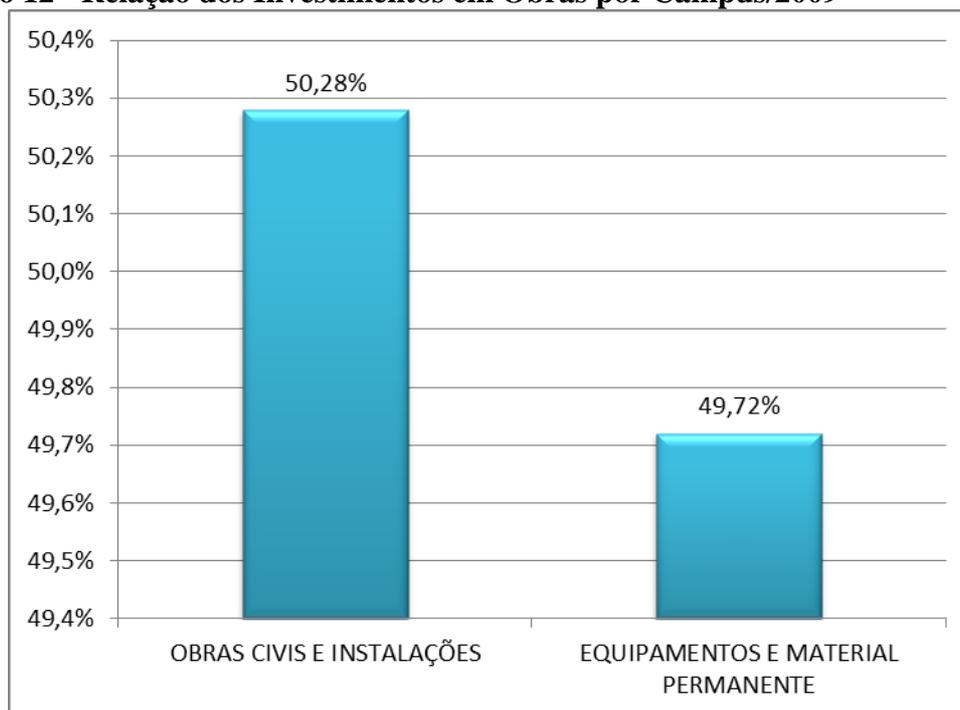
**Gráfico 10 - Relação dos Investimentos em Obras por Câmpus/2009**



**Gráfico 11 - Relação dos Investimentos em Obras por Câmpus/2009**



**Gráfico 12 - Relação dos Investimentos em Obras por Câmpus/2009**



Encontram-se relacionadas no quadro a seguir as principais contratações dos serviços básicos essenciais da Instituição, sendo elas responsáveis, na sua maioria, pela manutenção e funcionamento do IFG.

**Quadro 17 - Principais Contratos de Manutenção da Instituição**

Nº	Serviços contratados	Resultados alcançados
01	Serviços de energia elétrica para os Câmpus do IFG	Garantia de fornecimento de energia elétrica
02	Serviços de água e esgoto para os Câmpus do IFG	Garantia de fornecimento de água e serviço de esgoto
03	Locação de máquinas para reprografia para os Câmpus do IFG	Garantia do serviço de reprografia com tecnologia de ponta e manutenção rotineira
04	Serviços de correspondências e malotes para os Câmpus do IFG	Garantia de serviços de correios
05	Serviços de telefonia fixa, longa distância e serviços de Internet (Brasil Telecom) para os Câmpus do IFG	Garantia de serviços de telefonia fixa e longa distância
06	Serviços de telefonia móvel (Brasil Telecom) para os Câmpus do IFG	Garantia de serviços de telefonia móvel
07	Serviços de telefonia fixa (EMBRATEL) para os Câmpus do IFG	Garantia de serviços de telefonia fixa com qualidade e menor custo
08	Serviços de limpeza e conservação para os Câmpus do IFG	Garantia de conservação, limpeza, jardinagem e recepção, serviços com fornecimento de materiais
09	Serviços de vigilância e segurança ostensiva para os Câmpus do IFG	Atender às necessidades de segurança e vigilância das instalações
10	Publicações no Diário Oficial da União para os Câmpus do IFG	Atender às exigências legais de publicação

Nº	Serviços contratados	Resultados alcançados
11	Serviços de distribuição de publicidade legal para os Câmpus do IFG	Atender às necessidades de publicações, conforme preceitua a legislação vigente
12	Serviços de manutenção de veículos leves e pesados para os Câmpus do IFG	Garantia da manutenção de veículos para a realização de visitas técnicas e viagens administrativas
13	Serviços de manutenção das instalações físicas para os Câmpus do IFG	Garantia da manutenção das instalações físicas dos Câmpus
14	Aquisição de combustíveis e lubrificantes para os Câmpus do IFG	Garantia do fornecimento de combustível para as viagens pedagógicas e administrativas

O Resumo da Programação de Despesas é um comparativo de dois demonstrativos, sendo importante ressaltar que não houve, em 2010, programação de reserva de contingência no Instituto Federal de Goiás.

#### Quadro 18 – Resumo da Programação de Despesas

Origem dos créditos orçamentários		Despesas correntes		Despesas de capital		
		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		57.009.661,00	81.772.689,00	4.432.252,00	16.945.598,00
	PLOA		57.937.931,00	81.615.858,00	4.432.252,00	16.945.598,00
	LOA		55.942.839,00	81.615.858,00	4.432.252,00	17.445.598,00
CRÉDITOS	Suplementares		27.521.653,00	23.744.968,00	594.000,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos cancelados		61.862,00			
Outras operações						
TOTAL		83.402.630,00	105.360.826,00	5.026.252,00	17.445.598,00	

O quadro denominado Programação de Despesas Correntes está organizado como uma planilha contendo duas colunas duplas, que contemplam os dois grupos de despesas da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: *pessoal e encargos sociais* e *outras despesas correntes*. Cada grupo de despesas está segmentado nos Exercícios de 2009 e 2010. As linhas, por sua vez, estão divididas em dois grupos de informação: *LOA* e *Créditos*, que são compostos pelos campos de informações descritos a seguir.

### Quadro 19 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos créditos orçamentários		Grupos de despesas correntes				
		1 – Pessoal e encargos sociais		3- Outras despesas correntes		
		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		46.238.889,00	66.398.232,00	10.770.772,00	15.374.457,00
	PLOA		46.238.889,00	66.241.401,00	11.699.042,00	15.374.457,00
	LOA		46.238.889,00	66.241.401,00	9.703.950,00	15.374.457,00
CRÉDITOS	Suplementares		25.025.700,00	20.420.000,00	2.495.953,00	3.324.968,00
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos cancelados				61.862,00		
Outras operações						
TOTAL		71.264.589,00	86.661.401,00	12.138.041,00	18.699.425,00	

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL

O quadro denominado Programação de Despesas de Capital está organizado em duas colunas duplas, que contemplam o grupo de despesa da categoria econômica *despesas de capital de investimentos*, agrupando as informações com dados específicos dos Exercícios de 2009 e 2010 e tem os mesmos campos já descritos no demonstrativo anterior.

### Quadro 20 - Programação De Despesas De Capital

Origem dos créditos orçamentários		Grupo de despesa de capital		
		4 – Investimentos		
		Exercícios		
		2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		4.432.252,00	16.945.598,00
	PLOA		4.432.252,00	16.945.598,00
	LOA		4.432.252,00	17.445.598,00
CRÉDITOS	Suplementares		594.000,00	
	Especiais	Abertos		
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		
		Reabertos		
Créditos cancelados				

Origem dos créditos orçamentários	Grupo de despesa de capital	
	4 – Investimentos	
	Exercícios	
	2009	2010
Outras operações		
TOTAL	5.026.252,00	17.445.598,00

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL

Na análise da Programação Orçamentária das despesas, a situação demonstrada nos quadros anteriores reflete um aumento significativo na LOA do Instituto Federal de Goiás de 2009 para 2010, principalmente nas Despesas de Capital, que apresentam aproximadamente 250% (duzentos e cinquenta por cento) de acréscimo, o que indica o crescimento e a grande expansão da Instituição com a implantação de novos Câmpus nas cidades de Anápolis, Formosa e Luziânia e a consolidação da implantação dos Câmpus Inhumas, Itumbiara e Uruaçu, além da mudança na política da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC de alocar o orçamento anual nas Unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, facilitando a execução e evitando-se as descentralizações de crédito.

Em relação às Despesas Correntes, não houve nenhuma alteração na Proposta Orçamentária para a LOA; entretanto, foi liberado crédito suplementar em aproximadamente 22% (vinte e dois por cento) em relação à LOA para atender às despesas primárias e essenciais da Instituição.

Em relação às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, o Orçamento Anual também foi suplementado para atender às necessidades relacionadas principalmente ao ingresso de novos servidores através de concurso público para os novos Câmpus, conforme mencionado anteriormente, e alguns ajustes orçamentários para garantir o pagamento de pessoal, segundo a legislação vigente.

Em linhas gerais, pode-se avaliar que houve a garantia do funcionamento da Instituição e o cumprimento dos compromissos contratuais assumidos nos Exercícios aqui em análise com as despesas primárias e essenciais e, também, a garantia da continuidade do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Goiás, facilitando a execução orçamentária, que tem como princípio a disponibilidade orçamentária, a qual deve observar rigorosamente a Lei nº 8.666/93 para as Licitações e Contratações.

O quadro denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não

associada à UJ, ou seja, que não compõem o Relatório de Gestão. Para efeito desse demonstrativo, conceitua-se como movimentação interna de crédito qualquer transferência de créditos entre UO do mesmo órgão e como movimentação externa de crédito a movimentação de créditos entre UO de órgãos distintos.

Este quadro contempla cinco colunas e está dividido em dois grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

### Quadro 21 - Movimentação Orçamentária por Grupos de Despesa

Natureza da movimentação de crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas correntes		
				1 – Pessoal e encargos sociais	2 – Juros e encargos da dívida	3 – Outras despesas correntes
Movimentação interna	Concedidos					
	Recebidos	150016	2272			598,41
			20AW			29.700,00
			6358			286.500,64
			6380			282.644,50
			6867			112.248,09
		153173	8429			7.896,00
			6333			16.883,90
			8252			68.817,57
Movimentação externa	Concedidos					805.289,11
	Recebidos	201002	2000	100.000,00		

Natureza da movimentação de crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de capital		
				4 – Investimentos	5- Inversões financeiras	6 – Amortização da dívida
Movimentação interna	Concedidos					
	Recebidos	150016	1H10	7.358.685,48		
			6358	106.872,07		
			2638	336.351,41		
			8650	1.506.269,00		
		153173	0509	9.699,90		
158143	10FU	30.000.000,00				
Movimentação externa	Concedidos					
	Recebidos					

Os créditos recebidos por meio de movimentação externa pela SETEC/MEC viabilizaram a continuidade da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Goiás com a continuidade da implantação e funcionamento dos Câmpus do Instituto Federal de Goiás e o início de contratações e aquisições para o funcionamento dos Câmpus Anápolis, Formosa e Luziânia no primeiro semestre de 2010. Além disso, viabilizaram também o desenvolvimento de alguns projetos e reestruturação dos Câmpus que não compõem a expansão (Goiânia e Jataí).

Ressalta-se que os R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) recebidos do Instituto Federal de Brasília – IFB em *despesas de capital* são recursos referentes à implantação dessa instituição e foram destinados à construção da unidade do Plano Piloto. Essa obra e o respectivo contrato, conforme portaria do Ministério da Educação, têm sido geridos pelo Instituto Federal de Goiás, responsável pela implantação daquele instituto.

Em relação ao impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pelo IFG, percebe-se pelas movimentações internas recebidas no grupo *despesas correntes* em *outras despesas correntes* um montante de recursos no valor de R\$ 805.289,11 que representa um percentual de aproximadamente 4,5% se comparado aos recursos da LOA 2010, que totalizaram R\$ 18.303.144,94 para a mesma despesa.

As *despesas de capital*, também nas movimentações internas, totalizaram R\$ 9.317.877,86 (sem os recursos do IFB) e, se comparadas aos recursos disponíveis na LOA 2010, que totalizaram R\$ 17.431.735,15, representam aproximadamente 54% dos créditos originários, o que nos leva a concluir que esse tipo de movimentação em 2010 ainda gerou um

impacto, como no Exercício de 2009, intenso, direto e estruturante, principalmente no que se refere às *despesas de capital* devido à construção dos novos Câmpus do IFG.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, atendendo ao que estabelece a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), vem investindo na consolidação da autoavaliação como prática cotidiana da Instituição. O acompanhamento avaliativo das dimensões institucionais deve ser percebido como um processo em evolução, mas, que desde já, pode colaborar com a gestão local e central do IFG, no sentido da busca pelo aprimoramento dos processos de análises de resultados, de planejamento e de tomada de decisões em prol da melhoria dos cursos ministrados pela Instituição.

O acompanhamento contínuo das diferentes dimensões que indicam o processo de trabalho avaliativo contínuo, visando ao aperfeiçoamento dos serviços públicos oferecidos, e a análise dos resultados obtidos nesse centenário de atuação do IFG, levarão a um conjunto de práticas que se acredita ser importante para implantar e consolidar as diversas políticas pensadas pelo coletivo no âmbito do IFG. Esse acompanhamento pode desenhar a dimensão da real condição da Instituição, compondo a estrutura de análises das políticas de investimento e sustentabilidade, assim como o desenvolvimento institucional do IFG.

O processo de análise e interpretação dos dados contidos nos Relatórios de Gestão de 2009 e 2010 e as proposições para superação das fragilidades se desenvolveram na perspectiva de contemplar as particularidades e as diversidades dessa Instituição multicâmpus, ou seja, analisou-se o singular sem perder de vista a perspectiva global do IFG, tanto no que concerne aos seus projetos quanto às suas realizações.

Os resultados da avaliação, ao serem publicados, constituem objeto de análise e discussão no Conselho Superior, Reitoria, Direção dos Câmpus e a comunidade acadêmica em geral, na perspectiva de produzir sentidos para a autoavaliação institucional, consolidando assim a cultura de participação democrática de todos os segmentos internos, além de contribuir com o planejamento institucional do IFG, seu aprimoramento e o melhor desempenho nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Há de se ressaltar que esta avaliação, baseada em dados já consolidados em decorrência do tempo transcorrido, é limitada no sentido de não contemplar a efetiva participação da comunidade acadêmica, por meio de um diálogo investigativo. Essa limitação - imposta pela contingência - não impediu, entretanto, que a CPA provisória identificasse os

avanços ocorridos no período e as fragilidades a serem superadas, principalmente no que concerne ao próprio processo de autoavaliação institucional.

Entretanto, para a próxima autoavaliação, referente aos anos de 2011/2012, esta CPA elaborou questionários que serão disponibilizados na Internet aos segmentos internos (docente, discente e técnico-administrativo) e à sociedade em geral, cujo instrumento de avaliação se destina a todos os segmentos externos aglomerados na categoria “comunidade externa”. Foi criado também um questionário para os alunos dos cursos técnicos de educação a distância (EaD). Tendo em vista que apenas o ensino superior é objeto de avaliação, segundo o SINAES, a avaliação realizada por esse segmento será incluída na rubrica “comunidade externa”.

Ao finalizar este Relatório de Autoavaliação, portanto, esta CPA provisória apresenta algumas recomendações que, na sua concepção, são de fundamental importância para a consolidação de todo o processo de autoavaliação institucional, quais sejam:

- Promoção de eleição para a escolha dos membros que integram a Comissão Própria de Avaliação;
- Criação, pela Comissão Própria de Avaliação do IFG, do seu Estatuto.
- Eleição, nomeação por meio de Portaria, emitida pela Reitoria, e manutenção de Subcomissões de Avaliação em cada um dos Câmpus a serem avaliados, descentralizando a ação contida no projeto de avaliação desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação, possibilitando um trabalho real e produtivo das Subcomissões;
- Manutenção permanente do trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica (docentes, técnicos administrativos e discentes), em todos os seus espaços de atuação (acadêmico, administrativo e operacional), sobre a importância que o processo de autoavaliação tem para o IFG;
- Convocação dos Diretores-Gerais dos Câmpus para participação ativa durante todas as fases de autoavaliação da Instituição.
- Destinação, pela Reitoria, de espaço definitivo e exclusivo para as reuniões e a execução dos trabalhos específicos da CPA, com ambiente devidamente equipado com mobília, computadores, impressora/scanner, Internet e linha telefônica para ligações locais, DDD e para celulares.

- Destinação permanente, pela Reitoria, de servidores para realizar os trabalhos da CPA. Redução ou compensação da carga horária dos servidores docentes membros titulares da CPA, caso seja requerido.
- Concessão de um Cargo de Direção (CD) ao Presidente da CPA, a exemplo do que já ocorre em outros Institutos Federais, tendo em vista o trabalho demasiadamente extenso e meticuloso ao qual coordena e se responsabiliza, em última instância, o presidente.
- Ampliação do número de integrantes da CPA, com a participação igualitária de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, segundo a Lei, vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.
- Composição da CPA com a participação de servidores ou funcionários de outras entidades da sociedade civil organizada, como universidades, faculdades, sindicatos, associações etc., desonerando, assim, o Conselho Estadual de Educação de Goiás.
- Aprimoramento dos mecanismos de participação direta da comunidade na autoavaliação institucional como, por exemplo, a aplicação de questionários para aferição da percepção interna e externa das dimensões a serem avaliadas.
- Expansão gradativa dos segmentos participantes da autoavaliação, incluindo outros grupos vinculados ao IFG, como, por exemplo, alunos do Projeto Forma, do PROEJA, dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), do PRONATEC, Mulheres Mil, assim como os estudantes convidados do projeto Conhecendo o IFG, usuários externos das Bibliotecas e outros frequentadores eventuais da Instituição.



## TERMO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS E ENTREGA DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2009-2010

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, após a conclusão do Relatório, tendo-se encerrado os trabalhos da Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012, do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, remetemos este Relatório, composto de um volume, com 78 (setenta e oito) folhas, incluindo esta, à Procuradoria Educacional Institucional do IFG, para as providências legais.

Dagmar Borges da Silva  
Presidente

Domicio Moreira Ribeiro  
Secretário

Kátia Cilene Costa Fernandes  
Rep. Titular dos Docentes

Rejanê Maria Gonçalves  
Rep. Suplente dos Docentes

Ivanilian Ferreira Paislandim  
Rep. Titular dos Téc.-Administrativos

Solange Moreira Leão  
Rep. Titular dos Discentes

Iolanda Maria Aguiar  
Rep. Titular dos Discentes

Alan Francisco Carvalho  
Rep. Titular da Soc. Civil Organizada

Maria Elizete de A. Fayad  
Rep. Suplente da Soc. Civil Organizada

## ANEXOS

Tabela 11.8 - Indicador 07: relação candidato/vaga

Cálculo do Indicador				
Campus	Exercício	Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador
Anápolis	2010	961	330	2,91
Formosa	2010	1.572	240	6,55
Goiânia	2006	5.840	1.620	3,60
	2007	7.408	1.330	5,57
	2008	11.551	1.290	8,95
	2009	12.634	1.629	7,76
	2010	20.426	1.441	14,17
Inhumas	2007	1.036	240	4,32
	2008	928	240	3,87
	2009	998	249	4,01
	2010	1.515	283	5,35
Itumbiara	2008	996	240	4,15
	2009	1.312	301	4,36
	2010	995	250	3,98
Jataí	2006	1.120	652	1,72
	2007	1.140	481	2,37
	2008	1.250	430	2,91
	2009	1.307	475	2,75
	2010	2.253	363	6,21
Luziânia	2010	1.024	288	3,56
Uruaçu	2008	1.292	252	5,13
	2009	1.623	270	6,01
	2010	1.336	270	4,95
CONSOLIDADO	2006	6.960	2.272	3,06
	2007	9.584	2.051	4,67
	2008	16.017	2.452	6,53
	2009	17.874	2.924	6,11
	2010	30.082	3.465	8,68

Fonte: Relatório de Gestão 2010.

Tabela 11.9 – Indicador – Relação ingressos/alunos

Cálculo do Indicador				
Câmpus	Exercício	Ingressos (*)	Matrículas (**)	Indicador
Anápolis	2010	321	516	62,21
Formosa	2010	266	439	60,59
Goiânia	2006	1.780	8.512	20,91
	2007	1.515	6.718	22,55
	2008	1.585	7.175	22,09
	2009	1.461	6.435	22,70
	2010	1.507	7.441	20,25
Inhumas	2007	240	405	59,26
	2008	222	712	31,18
	2009	315	1.090	28,90
	2010	260	1.248	20,83
Itumbiara	2008	91	91	100,00
	2009	243	550	44,18
	2010	183	616	29,71
Jataí	2006	652	1.522	42,84
	2007	481	1.866	25,78
	2008	374	1.699	22,01
	2009	441	1.463	30,14
	2010	367	1.740	21,09
Luziânia	2010	328	528	62,12
Uruaçu	2008	84	84	100,00
	2009	240	547	43,88
	2010	239	757	31,57
CONSOLIDADO	2006	2.432	10.034	24,24
	2007	2.236	8.989	24,87
	2008	2.356	9.761	24,14
	2009	2.700	10.085	26,77
	2010	3.471	13.285	26,13

LEGENDA:

(\*) A quantidade de ingressantes é a soma das entradas em cada um dos dois semestres.

(\*\*) A quantidade de matrículas é a soma de 2010/1, 2010/2 dos cursos semestrais e as matrículas de 2010/1 dos cursos anuais. Isso significa que as matrículas de 2010/1, dos cursos anuais, se repetem em 2010/2.

Tabela 11.10 – Indicador – Relação concluintes/alunos

Cálculo do Indicador				
Câmpus	Exercício	Concluintes	Matrículas	Indicador
Goiânia	2006	1.090	8.512	12,81
	2007	897	6.718	13,35
	2008	883	7.175	12,31
	2009	547	6.435	8,50
	2010	520	7.441	6,99
Inhumas	2010	28	1.248	2,55
Itumbiara	2010	01	616	0,16
Jataí	2006	190	1.522	12,48
	2007	122	1.866	6,54
	2008	195	1.699	11,48
	2009	120	1.463	8,20
	2010	48	1.740	2,76
Uruaçu	2010	01	757	0,13
CONSOLIDADO	2006	1.280	10.034	12,76
	2007	1.019	8.584	11,87
	2008	1.078	8.874	12,15
	2009	667	7.898	8,45
	2010	598	11.802	5,07

Tabela 11.11 – Indicador – Índice de eficiência acadêmica

Cálculo do Indicador				
Câmpus	Exercício	Concluintes	Ingressos em períodos equivalentes	Indicador
Goiânia	2006	1.090	1.632	66,79
	2007	897	1.332	67,34
	2008	883	1.291	68,40
	2009	547	632	86,55
	2010	520	654	79,51
Inhumas	2010	28	80	35,00
Itumbiara	2010	01	76	1,32
Jataí	2006	190	572	33,22
	2007	122	385	31,69
	2008	195	393	49,62
	2009	120	154	77,92
	2010	48	79	60,76
Uruaçu	2010	01	32	3,13
CONSOLIDADO	2006	1.280	2.204	58,08
	2007	1.019	1.717	59,35
	2008	1.078	1.684	64,01
	2009	667	786	84,86
	2010	598	921	64,93

Tabela 11.12 – Indicador – Índice de retenção do fluxo escolar

Cálculo do Indicador				
Câmpus	Exercício	Retenção	Matrículas	Indicador
Anápolis	2010	36	516	6,98
Formosa	2010	23	439	5,24
Goiânia	2006	946	8.512	11,11
	2007	645	6.718	9,60
	2008	781	7.175	10,89
	2009	986	6.435	15,32
	2010	926	7.441	12,44
Inhumas	2007	91	405	22,47
	2008	185	712	25,98
	2009	262	1.090	24,04
	2010	99	1.248	7,93
Itumbiara	2008	11	91	12,09
	2009	127	550	23,09
	2010	168	616	27,27
Campus Jataí	2006	310	1.522	20,37
	2007	77	1.866	4,13
	2008	240	1.699	14,13
	2009	283	1.463	19,34
	2010	234	1.740	13,45
Luziânia	2010	53	528	10,04
Uruaçu	2008	04	84	4,76
	2009	47	547	8,59
	2010	179	757	23,65
CONSOLIDADO	2006	1.256	10.034	12,52
	2007	813	8.989	9,04
	2008	1.221	9.761	12,51
	2009	1.705	10.085	16,91
	2010	1.718	13.285	12,93